

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATALIA REGINA DE CARVALHO MIKOS

TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL:

Os reflexos trabalhistas e previdenciários da nova regulamentação

CURITIBA

2015

NATALIA REGINA DE CARVALHO MIKOS

TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL:

Os reflexos trabalhistas e previdenciários da nova regulamentação

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof. Dra. Thereza Cristina Gosdal.

CURITIBA

2015

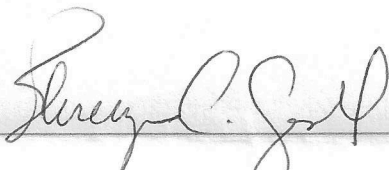
***Aos meus pais Walter e Nadia, pelo amor incondicional.***

## TERMO DE APROVAÇÃO

NATALIA REGINA DE CARVALHO MIKOS

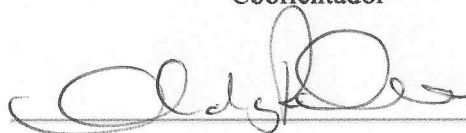
### **Empregados domésticos no Brasil: os reflexos trabalhistas e previdenciários da nova regulamentação**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



*THEREZA CRISTINA GOSDAL*  
Orientador

Coorientador



*ALDACY RACHID COUTINHO*  
Primeiro Membro



*MARCO ANTÔNIO VILLATORE - Direito Privado*  
Segundo Membro



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha família pelo amor incondicional e por serem o meu porto seguro durante toda essa jornada. A meus pais, que foram meus primeiros professores, e que até hoje são os meus mais sólidos exemplos de coragem e integridade.

À Professora Dra. Thereza Cristina Gosdal, agradeço pela paciência e pela orientação dedicada a este trabalho. Aos meus professores durante o curso de Direito, que a todo momento me desafiaram e incitaram o olhar crítico às questões atuais.

Aos professores integrantes da banca de avaliação deste trabalho, Prof. Dra. Aldacy Rachid Coutinho e Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore, por terem aceitado o convite, abrindo espaço em suas agendas, tornando ainda mais engrandecedor o momento de defesa da minha monografia de conclusão de curso.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, aos meus amigos e amigas. As amizades que construí na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, no convívio diário, aquelas que me foram apresentadas pela dedicação à Associação Atlética Acadêmica de Direito, e até mesmo aquelas que me acompanham há mais tempo, tenho certeza que facilitaram o longo caminho até aqui.

Por fim, agradeço à Deus, por tornar esse sonho uma realidade e por ser a minha fortaleza nos momentos em que acreditei não ser possível alcançar esse objetivo.

## **RESUMO**

A Emenda Constitucional nº 72/2013 representou o primeiro passo para a necessária busca de isonomia dos trabalhadores domésticos para com os trabalhadores urbanos e rurais. Conquanto não lhe foram assegurados a totalidade dos direitos trabalhistas elencados pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, com o advento da Lei Complementar nº 150/2015 o direito humano e fundamental ao trabalho digno passou a ser uma realidade mais próxima do trabalhador doméstico e representa a quebra do paradigma escravagista e da marginalização da categoria. O novo microssistema de proteção ao trabalho doméstico inova, por fim, ao instituir o REDOM – Programa de Recuperação do Empregador Doméstico e o Simples Doméstico – com a sistematização e unificação de guias de recolhimento de encargos sociais, por meio de plataforma digital. Não obstante críticas ao novo modelo protetivo, os reflexos trabalhistas e previdenciários da nova regulamentação propiciam a valorização da categoria e, em última análise, referida legislação reconhece os trabalhadores domésticos como verdadeiros sujeitos de direito.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Nova regulamentação. Isonomia. Trabalho digno.

## ABSTRACT

The first step to the necessary search for equality was conceived by domestic workers with the Constitutional Amendment nº 72/2013. Despite not having been granted the full extension of laboral rights, established in the 1988 Brazilian Constitution, the Complementary Law nº 150/2015 has turned decent work into a (nearly concrete) reality for the professional category and represents a paradigm shift from slavery mindset and its social marginalization. Innovation in the new protectionist microcosm is perceptive through the breeding of REDOM – a program which focus on recovery plans for domestic employers and in the “*Simples Doméstico*”, systematizing the tax collection in a digital platform. In spite of critics, laboral and social security reflexes of the new legal context provide opportunities for professional valorization and, ultimately, enables the recognition of domestic workers as legally empowered subjects.

Key-words: Domestic work. Legislative innovations. Equality. Decent work.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>DIMENSÃO PROTETIVA CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>9</b>
2.1	<i>Perspectivas constitucionais e classificação das normas.....</i>	<i>9</i>
2.2	<i>Gerações de direitos e direitos sociais.....</i>	<i>12</i>
2.3	<i>Evoluções constitucionais e características protetivas.....</i>	<i>15</i>
<b>3</b>	<b>DIMENSÃO PROTETIVA NO DIREITO DO TRABALHO.....</b>	<b>19</b>
3.1	<i>Parâmetros hermenêuticos.....</i>	<i>19</i>
3.2	<i>Contextualização da proteção do trabalho doméstico.....</i>	<i>21</i>
3.3	<i>Posicionamentos jurisprudenciais.....</i>	<i>26</i>
<b>4</b>	<b>DIMENSÃO PROTETIVA NO DIREITO INTERNACIONAL.....</b>	<b>30</b>
4.1	<i>Organização Internacional do Trabalho.....</i>	<i>30</i>
4.2	<i>Incorporação das normativas internacionais.....</i>	<i>31</i>
4.3	<i>Corte Europeia de Direitos Humanos.....</i>	<i>34</i>
<b>5</b>	<b>MICROSSISTEMA DO TRABALHO DOMÉSTICO.....</b>	<b>37</b>
5.1	<i>Emenda Constitucional nº 72 de 2013.....</i>	<i>37</i>
5.2	<i>Lei Complementar nº 150 de 2015.....</i>	<i>49</i>
5.3	<i>Superações e inovações.....</i>	<i>55</i>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>
	<b>ANEXO I.....</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXO II.....</b>	<b>78</b>
	<b>ANEXO III.....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento do presente estudo se deu a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 72, em 2013. A exposição do cotidiano do trabalho doméstico e a iminência de uma verdadeira metamorfose na proteção jurídica de cerca de 7,2 milhões de trabalhadores instigaram a pesquisa mais aprofundada do tema e suas reflexões práticas.

Objetivou-se analisar a evolução internacional, constitucional e trabalhista dos direitos dessa categoria, até a edição da Lei Complementar nº 150 de 2015, que implementou, definitivamente, um novo microsistema protetivo.

O trabalhador doméstico marginalizado – histórica, social e juridicamente, somente teve assegurado seu direito ao trabalho digno com a vigência plena da nova regulamentação. A extensão de seus direitos originalmente constituídos buscou – e busca – a correção das injustiças e a caracterização da isonomia fática (e não apenas jurídica) destes trabalhadores com os trabalhadores urbanos e rurais.

Metodologicamente analisando, além do posicionamento doutrinário pátrio, foram utilizados posicionamentos jurisprudenciais nacionais e internacionais.

A Organização Internacional do Trabalho divulgou estatísticas globais e regionais acerca do trabalho doméstico. Estima-se que no mundo existam cerca de 52,6 milhões de trabalhadores domésticos e que 7,2 milhões deles estejam sob a proteção jurídica do nosso ordenamento<sup>1</sup>.

O trabalho doméstico é uma ocupação eminentemente feminina. Dados demonstram que uma em cada treze mulheres, no mundo, é trabalhadora doméstica. Na América Latina, essa proporção é de uma a cada quatro mulheres. No Brasil, 93% dos postos de trabalho doméstico são ocupados por mulheres e, destas, 60% não possuem o ensino fundamental completo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Domestic workers across the world:** global and regional statistics and the extent of legal protection. Genebra: ILO, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/wCEzfK> Acesso em: 08/06/2015.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. Secretaria Internacional do Trabalho. **O emprego doméstico:** uma ocupação tipicamente feminina. Caderno 3, GRPE. Brasília: Programa de Fortalecimento Institucional

Partindo para uma verificação ainda mais pormenorizada, estima-se que no Estado do Paraná os trabalhadores domésticos chegam a quase 400 mil, e desta quantidade, 95,48% são mulheres. A Região Metropolitana de Curitiba tem a maior média de trabalho doméstico formalizado, contudo só atinge o patamar de 41,23% dos postos de trabalho<sup>3</sup>.

Considerando a relevância do assunto, é que se buscou uma análise sistemática da questão. Primeiramente, a partir da análise constitucional. Parte-se da concepção da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, da categorização de gerações de direitos e da caracterização dos direitos sociais, para uma ampla compreensão da evolução do pensamento constitucional até a racionalidade atual.

Em segundo plano, coube o estudo doutrinário do Direito do Trabalho, de seus parâmetros hermenêuticos e da crescente proteção ao trabalho doméstico – tanto pela legislação infraconstitucional, quanto pela jurisprudência.

O terceiro capítulo é destinado ao estudo do Direito Internacional do Trabalho e da influência da Organização Internacional do Trabalho, da Convenção 189 e da Recomendação 101 na promulgação da Emenda Constitucional que desencadeou todo o processo ampliativo da proteção do trabalho doméstico no Brasil. Importou ainda demonstrar o reconhecimento pela Corte Europeia de Direitos Humanos da fragilidade do trabalhador doméstico, submetido a condições análogas à escravidão.

Por fim, o último capítulo trata, especificamente, do rol de direitos trabalhistas e previdenciários estendidos ao trabalhador doméstico. Em um primeiro momento, com a Emenda Constitucional 72/2013 e todos os seus pormenores, e em seguida com as minúcias da Lei Complementar 150/2015 – inclusive particularizando as superações às críticas do novo sistema e as suas inovações.

---

para Igualdade de Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/DHkZVy> Acesso em: 15/10/2015.

<sup>3</sup> MONTICELLI, Thays Almeida. **Diaristas, afeto e escolhas**: ressignificações no trabalho doméstico remunerado. Dissertação (mestrado) – UFPR / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2013.

## 2 DIMENSÃO PROTETIVA CONSTITUCIONAL

### 2.1 *Perspectivas constitucionais e classificação das normas*

A análise de qualquer matéria ou instituto jurídico perpassa, necessariamente, pela sua inserção na ordem constitucional. Não se difere, nesse aspecto, o estudo dos reflexos trabalhistas e previdenciários da nova regulamentação do trabalho doméstico, a despeito de todas as peculiaridades que serão oportunamente delineadas.

A Constituição, dentro da hierarquia das normas jurídicas<sup>4</sup>, põe-se como fonte positiva de direito mais elevada e condicionante do ordenamento jurídico. As normas nela incluídas (e em especial os direitos fundamentais) caracterizam-se como verdadeiras diretrizes, assumindo *“uma feição utópica e promocional, fixando horizontes de sentido para o Estado, a sociedade e a pessoa individualmente considerada”*.<sup>5</sup>

Em sendo assim, merece atenção a questão de sua eficácia. A classificação das normas constitucionais – e em especial dos direitos fundamentais – é assunto amplamente estudado pela doutrina. Ingo Wolfgang Sarlet aponta a existência de uma eficácia vertical, isto é, a vinculação dos órgãos estatais aos deveres de proteção contidos nos direitos fundamentais e, em outro plano, uma eficácia horizontal, caracterizada pelo dever de respeito e consideração dos particulares para com os direitos fundamentais dos demais<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Aqui, compreendidas a partir da teoria da estrutura escalonada da ordem jurídica proposta por Hans Kelsen, em sua obra “Teoria Pura do Direito”.

<sup>5</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos sociais**: o problema de sua proteção contra o poder de reforma na Constituição de 1988. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social**: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 141.

<sup>6</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos Fundamentais Sociais, Mínimo Existencial e Direito Privado**: breves notas sobre alguns aspectos da possível eficácia dos direitos sociais nas relações entre particulares. In Direitos Fundamentais: estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. São Paulo: Renovar, 2006.

Marçal Justen Filho, por outro lado, distingue a eficácia em positiva e negativa<sup>7</sup>. José Afonso da Silva aponta que “*eficácia diz respeito à aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade da norma, como possibilidade de sua aplicação jurídica*”.<sup>8</sup>

Para o doutrinador,

[...] não há norma constitucional alguma destituída de eficácia. Todas elas irradiam efeitos jurídicos, importando sempre uma inovação da ordem jurídica pré-existente à entrada em vigor da constituição a que aderem e a nova ordenação instaurada. O que se pode admitir é que a eficácia de certas normas constitucionais não se manifesta na plenitude dos efeitos jurídicos pretendidos pelo constituinte enquanto não se emitir uma norma jurídica ordinária ou complementar executória, prevista ou requerida<sup>9</sup>

De acordo com sua teoria, as normas constitucionais podem ser classificadas como de eficácia plena, contida ou limitada. As normas constitucionais de eficácia plena são as que “*desde a entrada em vigor da constituição, produzem todos os seus efeitos essenciais (ou têm a possibilidade de produzi-los)*”<sup>10</sup>. Importa dizer, também, que sua aplicabilidade é direta, imediata e integral.

Diferentemente, as normas constitucionais de eficácia contida acompanham previsões, de modo que sua aplicabilidade – apesar de direta e imediata – não é integral.

De outra sorte, as normas constitucionais de eficácia limitada ou reduzida

[...] não produzem, com a simples entrada em vigor, todos os seus efeitos essenciais, porque o legislador constituinte, por qualquer motivo, não estabeleceu, sobre a matéria, uma normatividade para

---

<sup>7</sup> A eficácia positiva é a “*capacidade de o mandamento da norma constitucional produzir os efeitos nele previstos. Sob esse ângulo, considera-se que a norma constitucional impõe determinadas consequências (...)*” e a eficácia negativa é aquela que diz respeito à “*capacidade de a norma constitucional excluir do ordenamento jurídico aquelas com ela incompatíveis*”. Para o autor, “todas as normas constitucionais são dotadas de eficácia negativa, mas nem todas têm eficácia positiva. Por isso, é possível classificá-las em normas de eficácia positiva e normas sem eficácia positiva” JUSTEN FILHO, Marçal. **Eficácia das normas constitucionais**. In: REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO PARANÁ. n. 5. 1981. Curitiba: IAP, 1981, p. 56-69.

<sup>8</sup> SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 66.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 81-82.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 82.



isso bastante, deixando essa tarefa ao legislador ordinário ou a outro órgão do Estado<sup>11</sup>

e, em sendo assim, a sua aplicabilidade é caracterizada por ser indireta, mediata e reduzida. Há, importa mencionar, divergência quanto à compatibilidade dessa classificação no âmbito dos direitos fundamentais<sup>12</sup>.

O direito à igualdade, à cidadania e ao trabalho digno são alguns dos direitos fundamentais elencados na ordem jurídica brasileira. A noção de igualdade jurídica pressupõe a consideração dos indivíduos dentro da sociedade<sup>13</sup>, mas sempre considerando suas diferenças – para não “*aniquilá-los como seres com existência autônoma*”.<sup>14</sup>

O direito fundamental ao trabalho tem;

[...] elevada importância no âmbito das relações assalariadas, com vistas a prover de oportunidades e padrões de trabalho digno – não de qualquer trabalho. Trata-se de um direito que afeta todas as políticas públicas relativas à ordem econômica e social<sup>15</sup>

e é a partir da sua valorização, como fundamento do Estado Democrático de Direito e da Ordem Econômica, que se permite o efetivo exercício à vida dos trabalhadores<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 82-83.

<sup>12</sup> Merecem destaque duas correntes doutrinárias. A primeira delas, liderada por Virgílio Afonso da Silva, parte da premissa que “*todos os direitos fundamentais são restringíveis e todos os direitos fundamentais são regulamentáveis. (...) Se tudo é restringível, perde sentido qualquer distinção que dependa da aceitação ou rejeição de restrições a direitos, logo, não se pode distinguir entre normas de eficácia plena e normas de eficácia contida ou restringível. Além disso, se tudo é regulamentável e, mais que isso, depende de regulamentação para produzir todos os seus efeitos, perde sentido qualquer distinção que dependa da aceitação ou rejeição de regulamentações a direitos; logo, não se pode distinguir entre normas de eficácia plena e normas de eficácia limitada*” SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 246-247. No mesmo sentido, também é o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello. Para ele, a *disceção entre normas de eficácia plena, contida ou limitada não é instrumento operativo para isolar os distintos teores de consistência da posição jurídica dos cidadãos ante as normas constitucionais*” – MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 19.

<sup>13</sup> BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 13.

<sup>14</sup> WARAT, Luís Alberto. **A fantasia jurídica da igualdade**: democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. In: Revista Sequência, Florianópolis, 24, 1994, p. 40.

<sup>15</sup> WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho**: fundamentação e exigibilidade. São Paulo: LTr, 2012. p. 347.

<sup>16</sup> GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. **Efetiva valorização do trabalho humano pela Constituição da República Federativa do Brasil como conquista social**. In: GUNTHER,

O trabalho digno possui duas dimensões, a saber, objetiva e subjetiva<sup>17</sup> e não pode ficar restringido, como pontua Thereza Cristina Gosdal:

[...] apenas a garantia de direitos mínimos e imunidades generalizadas, o acesso do trabalhador a bens e serviços como consumidor no mercado, espera-se que seja um instrumento efetivo de inclusão e de garantia de respeito aos direitos fundamentais do trabalhador, capaz de conceder-lhe o poder de fazer e de criar, de realizar satisfatoriamente sua humanidade e de considerar outras experiências humanas além da produção e consumo de mercadorias”<sup>18</sup>

Em sendo assim, nota-se a centralidade da discussão posta. O diploma constitucional consagra o direito ao trabalho – e ao trabalho em sua forma digna – como base para a sociedade e é, a partir dele, que se inicia a racionalidade acerca da dimensão protetiva constitucional dos trabalhadores domésticos.

## 2.2 Gerações de direitos e direitos sociais

Dentro da ótica constitucional dos direitos fundamentais, e partindo para mais um nível de especialização próximo ao tema da proteção jurídica dos trabalhadores domésticos, é que se inserem as concepções acerca dos direitos sociais.

De acordo com a conceitualização de José Afonso da Silva, os direitos sociais são:

---

Luiz Eduardo (Coord.). **25 anos da Constituição e o Direito do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 178.

<sup>17</sup> Essa concepção reporta-se à, de forma extrínseca, realização de “*trabalho mediante certas condições materiais, como remuneração adequada e compatível com a função, não discriminação, limite de duração de jornada de trabalho e meio ambiente de trabalho saudável*” e, de forma intrínseca, à “*satisfação em desenvolver determinada atividade e outros sentimentos positivos inerentes à sua profissão*” - BRUGINSKI, Marcia Kazenoh. **A concretização do direito humano ao trabalho decente para os empregados domésticos** – enfoque na Convenção 189 da OIT e na Emenda Constitucional 72/2013. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). *Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 220.

<sup>18</sup> GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do Trabalhador**: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra. Tese (Doutorado) / UFPR. Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2006, p. 178-170.

[...] prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais<sup>19</sup>

Esta categoria de direitos, para alguns autores, é enquadrada como direitos de segunda geração e para outros como direitos de terceira. Explica-se a divergência doutrinária.

Norberto Bobbio, em sua obra “A era dos Direitos” considera como direitos de primeira geração os direitos civis e políticos, ligados à individualidade humana (como a vida, a liberdade, a segurança e a propriedade)<sup>20</sup>. Os direitos sociais são os direitos de segunda geração e os direitos coletivos, como a solidariedade e a fraternidade, são enquadrados na terceira geração. Por sua vez, a quarta geração engloba aqueles de defesa ao patrimônio genético.

Nesse mesmo sentido, é o entendimento de Ingo Wolfgang Sarlet. Para o autor, os direitos de primeira dimensão são:

[...] caracterizados por um cunho fortemente individualista, concebidos como direitos do indivíduo frente ao Estado, mais especificamente, como direitos de defesa, demarcando uma zona de não intervenção do Estado e uma esfera de autonomia individual em face de seu poder. São, por esse motivo, apresentados como direitos de cunho negativo, uma vez que dirigidos a uma abstenção, e não a uma conduta positiva por parte dos poderes públicos<sup>21</sup>.

Os direitos de segunda dimensão – os direitos sociais –, possuem um cunho positivo uma vez que atribuem ao “(...) *Estado comportamento ativo na realização da justiça social*”.<sup>22</sup>

A teorização do autor alcança, ainda, a terceira (direitos transindividuais ou coletivos), a quarta (direito à democracia direta, biotecnologia e bioengenharia) e quinta dimensões (direito à paz internacional e tecnologia da informação).

Outra categorização doutrinária possível é apresentada por Marshall<sup>23</sup>, que considera as liberdades fundamentais na primeira categoria, os direitos

<sup>19</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 286-287.

<sup>20</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>21</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 272.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 273.

políticos na segunda e os direitos sociais apenas na terceira categoria de direitos, decorrente da instituição de políticas distributivas.

Independentemente da posição adotada, incontroverso é que os direitos sociais “*constituem-se o núcleo normativo do Estado Democrático de Direito, no sentido de se garantir a todos idênticas condições e oportunidades, ou seja, a igual dignidade para todas as pessoas*”.<sup>24</sup>

Compreende-se que a categoria dos direitos sociais reclama a prestação jurisdicional e, ainda, que sua garantia não é suficiente – os direitos sociais reclamam implementação<sup>25</sup> e “*pressupõem a existência de um orçamento e de dotações específicas*”.<sup>26</sup>

A Constituição de 1988 estabelece um amplo rol de direitos sociais. Como mencionado anteriormente, dentre eles estão a educação, a saúde, a moradia, o trabalho e a previdência social<sup>27</sup>.

A questão da efetividade do direito ao trabalho digno esbarra na alarmante quantidade de trabalhadores informais. O panorama dos domésticos (e aqui, inclui-se a figura da diarista) é fortemente marcado por essa marginalização, como será tratado adiante.

Todavia, segundo Clémerson Martin Clève:

[...] não se pode mais conceber a manutenção do elevado índice de trabalhadores considerados informais, sob pena de as leis trabalhistas de um modo geral e a própria Constituição Federal, na parte que consagra os direitos fundamentais sociais, perderem

---

<sup>23</sup> MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

<sup>24</sup> GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. **Direitos fundamentais sociais**: uma visão crítica da realidade brasileira. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social**: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 302.

<sup>25</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Direitos constitucionais sociais e os direitos fundamentais**: são os direitos sociais constitucionais direitos fundamentais? In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social**: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 472.

<sup>26</sup> CLEVE, Clemerson Merlin. **A eficácia dos direitos fundamentais sociais**. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social**: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 264.

<sup>27</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 1424 p.

totalmente sua efetividade, pela falta de desempenho concreto da função social do Direito<sup>28</sup>

Nesse sentido, implica dizer que os direitos sociais não devem ser mantidos cristalizados na Constituição, mas devem transpor a barreira legislativa e se efetivarem na esfera jurídica de todos os cidadãos.

### 2.3 *Evoluções constitucionais e características protetivas*

O direito ao trabalho, de forma geral, está inserido na ordem constitucional desde a Constituição Imperial de 1824, outorgada por Dom Pedro I. A referida carta foi inspirada nos motes da Revolução Francesa de 1789, porém não viabilizava qualquer tipo de isonomia pretendida. Especificamente na questão laboral, a despeito de não proibir nenhum gênero de trabalho, aboliu as Corporações de Ofício – que são a matriz histórica do sindicalismo<sup>29</sup>.

No desenvolvimento da sociedade brasileira e internacional, em 1888 – com a abolição da escravidão – os cafeicultores, então elite social, passaram a questionar o Império. Todo o fervor social culminou com a proclamação da República, em 1889. Essa nova realidade social convocava a adequação da norma constitucional ao novo Estado Burguês<sup>30</sup>. A única referência trabalhista na Constituição de 1891, no entanto, é o resquício da ideologia liberal, concentrada na não proibição de nenhuma forma de labor<sup>31</sup>.

Em 1929, a crise mundial refletiu na sociedade oligárquica brasileira e criou instabilidade social. Foi, então, dentro do contexto da Revolução de 1930, que rompeu com a tradição oligárquica e inaugurou a Era Vargas, que se inseriu, após o fim do governo provisório, a Constituição de 1934.

---

<sup>28</sup> GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. **Direitos fundamentais sociais**: uma visão crítica da realidade brasileira. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social**: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 317.

<sup>29</sup> STURMER, Gilberto. **Direito constitucional do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>30</sup> PEDROSO, Marcia Naiar Cerdote. **O direito do trabalho no constitucionalismo brasileiro**. In: Revista Latino-Americana de História. v. 1, n. 3, março 2012. Edição Especial: Lugares da História do trabalho.

<sup>31</sup> STURMER, Gilberto. **Direito constitucional do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2014.

Paradigmaticamente, foi a primeira constituição brasileira a estabelecer direitos sociais trabalhistas – tais como o salário mínimo, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa e proibição de trabalho noturno e insalubre para menores e mulheres<sup>32</sup>.

Ainda, iniciou o sistema sindical brasileiro, com o pluralismo (posteriormente adaptado para o critério da unidade sindical hoje vigente) e com o reconhecimento das convenções coletivas<sup>33</sup>.

Entretanto, o favorável quadro constitucional não se manteve. Em 1937, com o início do regime ditatorial, *“foi outorgada uma nova Constituição firmada em um Estado unitário e centralizador”*.<sup>34</sup> Esse momento constitucional foi marcado por restrições à liberdade profissional, à associação e às greves<sup>35</sup>.

Após um processo de redemocratização, uma nova constituinte foi convocada. A Constituição de 1946 foi o primeiro diploma a consagrar a valorização do trabalho e da dignidade da pessoa humana. Destaca-se a implementação de direitos trabalhistas como a participação nos lucros e a estabilidade<sup>36</sup>.

O Brasil, então, adentrou a novo período conturbado. A inflação, as decisões políticas e as manifestações criaram um ambiente incerto e instável sob a ótica política. Com a explosão da ditadura militar, entrou em vigor a Constituição de 1967 que posteriormente sofreu incomensuráveis alterações com o Ato Institucional nº 5.

Restringiram-se, nesse período, os direitos sindicais. Por outro lado, houve inovação constitucional com a previsão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (com o intuito de desonerar o capital, substituindo a estabilidade decenária) e com a organização do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho<sup>37</sup>.

A partir do delineado constitucional, percebe-se que

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> PEDROSO, Marcia Naiar Cerdote. **O direito do trabalho no constitucionalismo brasileiro**. In: Revista Latino-Americana de História. v. 1, n. 3, março 2012. Edição Especial: Lugares da História do trabalho, p. 456.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 456.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 457.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 458-459.

[...] o direito do trabalho, ao se inserir nos textos constitucionais, qualificou os Estados modernos como Estados Sociais (...) e a proteção jurídica do trabalho, tal como incluído nas modernas Constituições, revela-se como verdadeiro instrumento de transformação do Estado Liberal em Estado Social<sup>38</sup>

A pretendida análise da evolução constitucional chega ao ápice, com a promulgação do seguinte – e vigente – diploma. A Constituição de 1988, como símbolo do restabelecimento do Estado Democrático de Direito após 21 anos de ditadura militar, está inserida dentro do panorama do Pacto e da Declaração dos Direitos Humanos<sup>39</sup>.

Nesse sentido, como não poderia deixar de ser, é a Constituição brasileira mais abrangente e mais protetiva em relação aos direitos fundamentais. O rol de direitos trabalhistas abarca as condições ao trabalho digno e, até hoje, mantém a lógica de valorização do trabalho e a proteção do trabalhador.

Não obstante, o constituinte optou por restringir o referido rol para os trabalhadores domésticos. Implica dizer que essa categoria, já marginalizada historicamente (como se verá adiante), viu a perpetuação da injusta condição social. Destaca-se, que essa restrição também é nítida no direito argentino<sup>40</sup>.

O posicionamento doutrinário, ao tempo da recente Constituição, pregava a impossibilidade de equiparação do trabalhador doméstico aos demais trabalhadores<sup>41</sup>. Desta forma, resta claro que

[...] a Constituição cristaliza decisões políticas que podem ser injustas e que excluem certas pessoas de alguns direitos. Em certa medida, a Constituição atua como reprodutora de uma ordem injusta<sup>42</sup>

<sup>38</sup> MEIRELES, Edilton. **O trabalho nas Constituições Sociais**. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO, ano II, n. 2, maio 2013. Salvador: Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, 2013, p. 27.

<sup>39</sup> PEDROSO, Marcia Naiar Cerdote. **O direito do trabalho no constitucionalismo brasileiro**. In: Revista Latino-Americana de História. v. 1, n. 3, março 2012. Edição Especial: Lugares da História do trabalho, p. 456.

<sup>40</sup> LIPOVETZKY, Jaime C. **Tratado de derecho del trabajo: en la integración regional**. 1. ed. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2009, v. 1.

<sup>41</sup> GONÇALVES, Emílio; GONÇALVES, Emílio Carlos Garcia. **Direitos sociais dos empregados domésticos (na nova Constituição)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1991.

<sup>42</sup> BORGES, Lara Parreira de Faria. **(Des)Construindo discursos sobre a EC Nº 72/2013: criando justiça histórica que amplia direitos trabalhistas domésticos**. In: REVISTA ELETRONICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 80, n. 1, jan/mar 2014. Brasília: TST, 2014, p. 329.

O referido diploma constitucional, analítico e rígido<sup>43</sup>, estendeu aos domésticos apenas os seguintes direitos: garantia de percepção de salário mínimo; irredutibilidade do salário; pagamento de décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante e licença-paternidade; aviso prévio proporcional a tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias e direito à aposentadoria.

O legislador concede apenas nove direitos, dentre as trinta e quatro modalidades elencadas. Esta restrição perpetua a discriminação e instaura um regime protetivo falho, que, por meio da legislação e jurisprudência trabalhista, é amenizado.

---

<sup>43</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 62.



### 3 DIMENSÃO PROTETIVA NO DIREITO DO TRABALHO

#### 3.1 *Parâmetros hermenêuticos*

O Direito do Trabalho está inserido e é estrutura básica da sociedade capitalista, que reclama, obrigatoriamente, o conflito laboral – como apontado por Manuel Carlos Palomeque Lopez<sup>44</sup>. O fundamento do Direito do Trabalho, para o autor, é alcançar uma técnica de organização social que institucionalize esse conflito e que busque um equilíbrio essencial.

Maurício Godinho Delgado aponta não uma, mas quatro funções essenciais<sup>45</sup>. O Direito do Trabalho, segundo ele, tem uma função modernizante e progressista, isto é, possibilita o reconhecimento e a institucionalização das conquistas das categorias profissionais. Tem, também, uma função civilizatória e democrática, já que inserido dentro da idealização constitucional. Para o autor, é também função do Direito do Trabalho legitimar o poder do empregador. Por fim, uma última função decorre do caráter protetivo e da afirmação da hipossuficiência do trabalhador a partir dos quais decorre a função do Direito do Trabalho em assegurar a melhoria das condições de pactuação da força produtiva.

Wilson Ramos Filho ressalta a função capitalista do Direito do Trabalho. Segundo sua concepção, o Direito do Trabalho atua de forma a perpetuar os interesses patronais em detrimento aos interesses do trabalhador<sup>46</sup>.

Última menção se faz a partir da ideia de que, a despeito da função conformadora e capitalista do Direito do Trabalho, é preciso salientar sua

---

<sup>44</sup> LOPEZ, Manuel Carlos Palomeque. **Direito do Trabalho e Ideologia**: meio século de formação ideológica do Direito do Trabalho espanhol (1973-1923). Tradução da 5. ed. Espanhola. Coimbra: Almedina, 2001.

<sup>45</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 58-61.

<sup>46</sup> RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: histórias, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

função transformadora<sup>47</sup>. Apenas por meio da confluência e da equivalência prática entre os dois extremos funcionais é que se verifica a constitucionalização<sup>48</sup> do Direito do Trabalho, em última análise, a eficácia de seus direitos sociais constitucionalmente garantidos<sup>49</sup>.

Atualmente, verifica-se, também, o confronto hermenêutico do garantismo e da flexibilização no âmbito trabalhista. Amauri Mascaro Nascimento defende que o garantismo:

[...] nasceu com o direito do trabalho como exigência social da proteção dos operários de fábrica, solidificou-se com a evidência da necessidade de reconhecer cidadania ao trabalhador, ganhou moldura jurídica de grande destaque com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), encontrou suporte no princípio protetor do direito do trabalho<sup>50</sup>

E pode ser entendido como “a busca pela adequação da norma à sua finalidade precípua, o enaltecimento de seu aspecto teleológico”<sup>51</sup>.

Em contraposição, aparece ponto de vista flexibilizador das normas trabalhistas<sup>52</sup>, que inadvertidamente pode levar ao aumento da desigualdade e da exploração do trabalhador.

Neste sentido, como destacado por Roberta Sivoilella:

[...] cabe à atividade jurídica, conscientemente direcionada para a finalidade social e integrada aos aspectos econômicos, políticos e históricos que permearam a criação da norma jurídica, velar pela

<sup>47</sup> ALMEIDA, Almiro Eduardo de; SEVERO, Valdete Souto. **Diarista: um empregado em busca de vínculo**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 57-68.

<sup>48</sup> A percepção adotada aqui é a de Luís Roberto Barroso, a partir da qual entende-se que a constitucionalização é o “efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico que irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico” - BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 376.

<sup>49</sup> ALVES, Amauri Cesar. **Função capitalista do Direito do Trabalho no Brasil**. In: Revista LTr, ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr, 2013. p. 1067-1082. Disponível em: <http://goo.gl/NVgywx> Acesso em: 02/10/2015.

<sup>50</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas de trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 116.

<sup>51</sup> SIVOLELLA, Roberta Ferme. **Um olhar garantista sobre a EC nº 72/2013**. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO. v. 24, n. 53, jan/jun 2013. Rio de Janeiro: TRT/RJ 1ª Região, 2013, p. 64.

<sup>52</sup> Tendo como “causas principais: as crises econômicas, a redução de custos como meio de enfrentamento da competição empresarial e o avanço tecnológico que permite maior produção com menor número de empregados” - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas de trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 119.

manutenção de seu objetivo – em última análise, a preservação dos direitos sociais com a incolumidade do pleno emprego e a garantia da dignidade da pessoa humana<sup>53</sup>

Importa, além disso, brevemente dialogar com a importância que o contrato de trabalho formal denota dentro do ordenamento jurídico atual. Délio Maranhão, considera como contrato individual de trabalho o

[...] negócio jurídico pelo qual uma pessoa física (empregado) se obriga, mediante o pagamento de uma contraprestação (salário), a prestar trabalho não eventual em proveito de outra pessoa, física ou jurídica (empregador), a quem fica juridicamente subordinada.<sup>54</sup>

A existência do contrato de trabalho formal é pressuposto para o acesso aos direitos de cidadania, consoante a noção de cidadania regulada<sup>55</sup>.

Desse contrato de trabalho decorre, ainda, uma função social, ou seja, que se caracteriza, nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos, pela

[...] busca da remoção de desigualdades de fato que fazem muito desproporcionais as obrigações oriundas do contrato de emprego, pois também revertem condutas reprovadas pela sociedade<sup>56</sup>

Assim, o Direito do Trabalho, tal como posto hoje – a partir da ótica garantista, encontra no contrato de trabalho sua materialização. É a partir da formalização de contrato de trabalho que a dimensão protetiva se amplia e passa a produzir efeitos a partir da legislação infraconstitucional.

### 3.2 *Contextualização da proteção do trabalho doméstico*

Consubstanciando a análise da matriz constitucional e dos parâmetros hermenêuticos do Direito do Trabalho para melhor compreensão do tema, é preciso apontar historicamente a inserção do trabalho doméstico na legislação

<sup>53</sup> SIVOLELLA, Roberta Ferme. **Um olhar garantista sobre a EC nº 72/2013**. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO. v. 24, n. 53, jan/jun 2013. Rio de Janeiro: TRT/RJ 1ª Região, 2013, p. 66.

<sup>54</sup> MARANHÃO, Délio. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980, p. 242.

<sup>55</sup> Arquetizada por Wanderley Guilherme dos Santos, em sua obra, Cidadania e Justiça.

<sup>56</sup> TRINDADE, Rodrigo. **Função social do contrato de emprego**. São Paulo: LTr, 2008, p. 221.

infraconstitucional brasileira, desde seus primórdios até o momento imediatamente anterior à Emenda Constitucional nº 72 de 2013, que inaugura um microssistema protetivo do trabalho doméstico.

Nas civilizações antigas, com a estratificação social, o trabalho doméstico era considerado uma tarefa nobre<sup>57</sup>. Entretanto, o eixo foi completamente deslocado com o surgimento da escravidão.

No Brasil, o trabalho doméstico só surge com a chegada dos escravos e com a escravização dos povos nativos. A colonização tardia demarca a gênese dessa modalidade laboral e inicia o (quase que) interminável ciclo discriminatório.

Estimativas históricas apontam que foram trazidos ao Brasil Colônia entre três milhões e oitocentos mil e cinco milhões de africanos<sup>58</sup>. A escravidão perdurou por quase quatro séculos, e influenciou de sobremaneira o trabalho assalariado no Brasil. Os seus efeitos negativos, resumidos por Fábio Konder Comparato, são os seguintes:

1. Desprezo geral das classes ricas pelo trabalho subordinado, em especial o trabalho físico. Entre os trabalhadores manuais, esse desprezo consolidou-se no costume de jamais se procurar realizar um trabalho bem feito e acabado.
2. Em contraste, prestígio das profissões liberais, consideradas ocupações próprias e exclusivas das classes superiores, o que levou no Brasil à consideração do doutorado acadêmico como equivalente a um título aristocrático.
3. Profundo preconceito racial. Os não brancos são, em princípio, por todos considerados como raças inferiores.
4. Desprezo pelos pobres, tidos igualmente como seres inferiores<sup>59</sup>

A soma desses fatores, inegavelmente, foi força constituinte da mentalidade escravagista ainda preponderante. Em particular,

[...] até o século XX o trabalho doméstico foi realizado no Brasil quase que só por escravos, segundo o modelo da antiga servidão ancilar. Os poucos criados domésticos livres sempre foram tidos como semiescravos, bastando lembrar que a Constituição de 1824 (art. 92, III) negava o direito de voto aos “criados de servir”. O peso dessa tradição explica o fato de que os trabalhadores domésticos (mulheres

<sup>57</sup> DAVIS, Roberto. **Aspectos jurídicos do empregado doméstico**. São Paulo: LTr, 1984, p. 16 e SANTOS, Aloysio. **Manual de contrato de trabalho doméstico: direitos, deveres e garantias dos empregados e dos empregadores domésticos**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

<sup>58</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A proteção do trabalho assalariado no Brasil**. In: Revista TST, v. 79, n. 3, p. 18.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 19.

em sua quase totalidade) só vieram a ter direitos oficialmente reconhecidos com a Constituição Federal de 1988, mas, ainda assim, em situação inferior à dos demais trabalhadores, até o advento da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013<sup>60</sup>

Destaca-se, em adição, a posição de Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira, que levanta peculiaridades em relação aos domésticos quando da superação da referida mentalidade. Para a autora, ainda não houve transição completa e isso se dá, especialmente, em razão do ideia de que o trabalho doméstico é uma relação de favor ente empregado e empregador<sup>61</sup>.

Essa racionalidade escravocrata, evidenciada inclusive em costumes familiares<sup>62</sup>, fez com que a evolução da legislação trabalhista doméstica fosse mais lenta que as demandas sociais e trabalhistas dessa categoria<sup>63</sup>.

A primeira disciplina genericamente aplicável ao trabalho doméstico é anterior à abolição da escravidão, e tratava da locação de serviços por prazo determinado, em 1830<sup>64</sup>. As Ordenações do Reino eram a disciplina legal subsidiária em relação ao Decreto nº 2.827 de 1879, que tratava da locação de serviço rural<sup>65</sup>.

O Código de Posturas do Município de São Paulo (1886) foi o diploma legal que primeiro definiu o “criado de servir”. Com a abolição da escravidão em 1888, a maior parte da população escrava permaneceu com os mesmos Senhores, mas na condição de domésticos<sup>66</sup>.

---

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas. **Trabalho doméstico no contexto econômico e socioambiental brasileiro**: desigualdades e paradoxos na regulação normativa. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012, p. 124.

<sup>62</sup> Evidenciada pela “*noção passada de mãe para filha que os serviços domésticos são inerentes às mulheres, tanto que muitos brinquedos infantis demonstram essa intencionalidade*” - MANDALOZZO, Silvana Souza Netto; SILVA, Lenir Mainardes da. **Aspectos sociais da relação entre empregado e empregador**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 187.

<sup>63</sup> CALVET, Felipe. **A evolução da legislação do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 87.

<sup>64</sup> PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito do trabalho doméstico**: doutrina, legislação, jurisprudência, prática. 4. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011, p. 51.

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> CALVET, Felipe. **A evolução da legislação do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 87

O Código Civil de 1916 incluiu o trabalho doméstico como uma modalidade de locação de serviços<sup>67</sup>. O Decreto nº 16.107/1923, apesar de aplicável para os empregados que laboravam no Rio de Janeiro (Distrito Federal à época), elencou as modalidades de trabalhadores domésticos e autorizou a despedida por justa causa, em razão de incapacidade laboral<sup>68</sup>.

Em 1941, o Decreto-Lei nº 3.078 generalizou o conceito e concedeu alguns direitos aos domésticos. Porém sua aplicabilidade estava condicionada à regulamentação posterior – o que nunca chegou a se concretizar<sup>69</sup>.

A Consolidação das Leis do Trabalho (1943), desenvolvida em um período marcado pelo autoritarismo político, mostrou-se dinâmica e paradigmática durante suas três grandes fases<sup>70</sup>. Todavia, de pronto excluiu os trabalhadores domésticos de seu âmbito de proteção, condicionando a regulação da matéria ao disposto no Código Civil de 1916<sup>71</sup>.

Somente com a edição da Lei nº 5.859 em 1972 é que a primeira legislação específica dos trabalhadores domésticos entrou em vigor<sup>72</sup>. A lei é reduzida e previa, originalmente, apenas o direito às férias e sua condição de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, com a possibilidade de concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Foi regulamentada pelo Decreto nº 71.885/1973, com a previsão de contrato de trabalho escrito e o direito à anotação do vínculo em Carteira de Trabalho e Previdência Social<sup>73</sup>.

<sup>67</sup> CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2011.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito do trabalho doméstico**: doutrina, legislação, jurisprudência, prática. 4. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011, p. 53.

<sup>70</sup> De 1930 a 1945, inicia o processo de institucionalização do trabalho. A expansão da legislação trabalhista – entre 1945 e 1988 – culmina com a consolidação democrática constitucional do Direito do Trabalho (desde 1988 até o presente momento) - DELGADO, Gabriela Neves. **A CLT aos 70 anos**: rumo a um Direito do Trabalho constitucionalizado. In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 79, n. 2, abr/jun 2013. Brasília: TST, 2013.

<sup>71</sup> PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito do trabalho doméstico**: doutrina, legislação, jurisprudência, prática. 4. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011, p. 54.

<sup>72</sup> A despeito de legislações esparsas e pontuais anteriores à essa, tais como o Decreto-Lei nº 7.036/1944 e a Lei nº 2.757/1956.

<sup>73</sup> FRANCO FILHO, Georzenor de Sousa. **A Emenda Constitucional 72/2013 e o futuro do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 93-112

A partir desse diploma, paulatinamente, foram sendo reconhecidos direitos em leis esparsas<sup>74</sup>, tais como, a Lei nº 7.195/1984 (responsabilização civil das agências de empregados domésticos), Lei nº 8.009/1990 (a possibilidade da penhorabilidade do bem de família quando da execução trabalhista do empregador doméstico), Lei nº 10.208/2001 (a faculdade de inscrição do trabalhador no FGTS e no programa de seguro-desemprego) e a Lei nº 11.324/2006 (estabilidade provisória da gestante e a vedação de desconto em salário em razão de alimentação, vestuário, higiene ou moradia).

Apesar dos avanços legislativos,

*É inegável que, assim como as favelas são o modelo século XXI das senzalas, o empregado doméstico é o que mais se aproxima da ideia de escravo. É o ser socialmente invisível, cuja condição de violenta sub-humanidade é eufemisticamente encoberto por frases como “a fulana é quase uma pessoa da família” ou “ela até come na mesa com a gente”. Algo bem presente no imaginário social, reproduzido muito bem pelo programa de TV Mulheres Ricas, espécie de lumpesinato tardio-burguês, que retrata um país que não existe e a saudade dos “velhos tempos”<sup>75</sup>*

Assim como no Brasil, a invisibilidade social e legal também está presente nas relações domésticas mexicanas, europeias e norte-americanas<sup>76</sup>.

Essa marginalização dos domésticos não pode ser atribuída apenas à ausência de direitos positivados. Para Euclides José Marchi Mendonça e Bruno Trapanotto da Silva,

[...] pelo contrário, o Direito, como expressão da sociedade, nada mais refletiu aquele Brasil que, até pouco tempo atrás, ainda era escravagista<sup>77</sup>

E configura-se como um “quadro que é muito difícil de reverter, considerando apenas a ampliação dos parâmetros salariais e acesso a novos direitos”.<sup>78</sup>

<sup>74</sup> Idem e COELHO JUNIOR, Hélio Gomes. **Trabalho doméstico**: a emenda que piorou o soneto. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 113-124

<sup>75</sup> STRECK, Lênio Luiz. **A PEC das Domésticas e a saudade dos “bons tempos”**. Disponível em: <http://goo.gl/VGdySo> Acesso em: 12/08/2015, p. 4.

<sup>76</sup> TOSTON, Gema Jimenez. **Servicio domestico y desigualdad**. Revista Géneros. Colima, n. 24, p. 75-80, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/fj9z26> Acesso em: 17/09/2015.

<sup>77</sup> MENDONÇA, Euclides José Marchi; SILVA, Bruno Trapanotto da. **Breves considerações sobre a jornada de trabalho e a Emenda Constitucional nº 72/2013**. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 2ª REGIÃO. n. 15, 2015. São Paulo: Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, 2013, p. 71.

### 3.3 Posicionamentos jurisprudenciais

Além do reconhecimento parcial de direitos em leis esparsas, a partir do advento da Lei nº 5.859/1972, os Tribunais também desenvolveram crucial papel na *“tentativa de redução da desigualdade e da ampliação da área de vida digna”*<sup>79</sup> dos domésticos.

O papel da jurisprudência é essencial, na medida em que o panorama jurídico atual não é mais

[...] o da conformação da lei à prática social. É de uma mudança importante que estamos tratando: a mudança do nosso olhar para o trabalho doméstico, reconhecendo-o como um trabalho digno dos mesmos direitos dos trabalhadores de outra categoria<sup>80</sup>

Um dos principais e mais notórios critérios fixados pela jurisprudência, foi a expressão em dias do pressuposto da “continuidade” do vínculo doméstico (assunto mais profundamente analisado a seguir), como se extrai:

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO - FAXINEIRA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UMA VEZ POR SEMANA - NÃO CARACTERIZAÇÃO (alegação de violação aos artigos 2º, 3º e 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e 1º da Lei nº 5.859/72 e divergência jurisprudencial). A teor do art. 1º da Lei nº 5.859/72, constitui elemento indispensável à configuração do vínculo de emprego doméstico, a continuidade na prestação dos serviços. Assim, sendo incontroverso que a reclamante somente trabalhava uma vez por semana para o reclamado, não há como reconhecer o vínculo empregatício. Ademais, esta Corte já vem decidindo que no caso de diarista doméstica, que labore apenas uma ou duas vezes por semana, não se vislumbra o vínculo de emprego, mas apenas prestação de serviços. Recurso de revista não conhecido.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> ASSUMPÇÃO, Luiz Felipe Monsores. **A EC nº 72 e as transformações do trabalho doméstico no Brasil:** o paradigma celetista e o problema da fixação e controle da jornada de trabalho. In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 79, n. 4, out/dez 2013. Brasília: TST, 2013, p.133.

<sup>79</sup> MARINHO, Joseph. **Institucionalização dos direitos sociais.** In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social:** fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 152.

<sup>80</sup> ALMEIDA, Almiro Eduardo de; SEVERO, Valdete Souto. **Diarista: um empregado em busca de vínculo.** In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 65.

<sup>81</sup> RR - 40700-39.2006.5.04.0012, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, 2ª Turma, Data de Publicação: 18/11/2011.



O posicionamento jurisprudencial consolidado é de que o vínculo de emprego se verifica quando há prestação de serviço por três ou mais dias na semana.

Para enumerar, também, apenas algumas das inovações jurisprudenciais, cita-se os recentes julgados do Tribunal Superior do Trabalho:

I- AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ART. 477 DA CLT. EMPREGADO DOMÉSTICO. Vislumbrando possível violação ao 7º, "a", da CLT, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II- RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ART. 477 DA CLT. EMPREGADO DOMÉSTICO. **A multa do art. 477 da CLT é inaplicável ao empregado doméstico, diante da restrição prevista no art. 7º, "a", da CLT.** Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. NULIDADE DA SENTENÇA E DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. Considerando que a alegação de nulidade da sentença e do acórdão tem por fundamento a ausência de esclarecimento quanto ao dano moral e à relação de emprego, e, nos embargos de declaração opostos em face do acórdão regional, foi suscitada apenas omissão em relação à multa do art. 477 da CLT, verifica-se a ausência de prequestionamento, na forma da Súmula nº 297, I, do TST. Recurso de revista não conhecido. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Não se vislumbra violação do art. 267, IV e VI, do CPC, já que o pedido de reconhecimento da relação de emprego encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro. Recurso de revista não conhecido. VÍNCULO DE EMPREGO. O entendimento exposto no acórdão quanto à existência da relação de emprego decorreu da análise dos elementos fáticos e probatórios constantes dos autos, de modo que para se concluir de modo diverso seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que se afigura defeso na presente fase processual, por força do disposto na Súmula 126 deste Tribunal. Recurso de revista não conhecido. DANOS MORAIS. ACUSAÇÃO DE FURTO. Consignou o Tribunal de origem que ficou demonstrado nos autos que o reclamado ingressou com Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais sob a alegação de furto de diversos animais e objetos de propriedade do reclamado, tendo a ação sido julgada improcedente por falta de prova. Assim, o entendimento exposto no acórdão, no sentido de ter se configurado o dano moral, decorreu da análise dos elementos fáticos e probatórios constantes dos autos, cuja revisão nesta instância extraordinária é vedada, consoante a Súmula 126 do TST. Recurso de revista não conhecido. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Considerando que o caso sub examen versa sobre lide decorrente de relação de emprego, não basta a mera sucumbência para serem devidos honorários advocatícios, sendo necessário o preenchimento dos requisitos insculpidos no art. 14 da Lei nº 5.584/70, a teor do artigo 5º, da Instrução Normativa nº 27/2005, do TST, e das Súmulas 219, I, e 329,

desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido, para excluir da condenação os honorários advocatícios (destaques nossos) <sup>82</sup>

O art. 7º, a, da Consolidação das Leis do Trabalho exclui de seu âmbito de aplicação e proteção a relação do trabalho doméstico. A partir dessa supressão, o entendimento jurisprudencial é de que também não há que se falar na percepção da multa prevista pelo art. 477 do mesmo diploma, quando em ações trabalhistas.

A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. QUÍMICOS ÁLCALIS CÁUSTICOS. UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA. Diante da possível violação do art. 190 da CLT, impõe-se prover o agravo de instrumento para determinar o prosseguimento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. B) RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. QUÍMICOS ÁLCALIS CÁUSTICOS. UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA. Esta Corte vem entendendo que o manuseio de materiais de limpeza de uso doméstico, cuja fórmula contenha substâncias álcalis cáusticas diluídas, não gera direito ao adicional de insalubridade em grau médio, por não se enquadrar no Anexo 13 da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego. Recurso de revista conhecido e provido (destaques nossos). <sup>83</sup>

O Tribunal Superior do Trabalho tem concluído pela não caracterização da atividade doméstica como atividade insalubre, como demonstrado pelo acórdão. Apesar do manuseio de substâncias químicas, o uso doméstico de material de limpeza não é considerado como insalubre pelo Ministério do Trabalho e Emprego – motivo pelo qual não é concedido o adicional judicialmente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. EMPREGADA DOMÉSTICA. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO EMPREGADOR. AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO FORO DA CONTRATAÇÃO. POSSIBILIDADE. Ante a possível violação do artigo 651 da CLT, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento a que se dá provimento. RECURSO DE REVISTA. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. EMPREGADA DOMÉSTICA. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO EMPREGADOR. AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO FORO DA CONTRATAÇÃO. POSSIBILIDADE. Nos termos do § 3º do artigo 651 da CLT, na

<sup>82</sup> RR - 128400-36.2008.5.04.0383, Relator Desembargador Convocado: André Genn de Assunção Barros, Data de Julgamento: 07/10/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/10/2015.

<sup>83</sup> RR - 204-70.2013.5.04.0028, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 07/10/2015, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/10/2015.

hipótese da prestação de serviço ocorrer em localidade distinta da celebração do contrato de trabalho é facultado ao empregado o ajuizamento da reclamação trabalhista em qualquer um dos foros, não havendo previsão no sentido de que a competência seja definida pelo local em que por último se deu a prestação de serviços. Trata-se de uma regra de competência que visa privilegiar o empregado, parte hipossuficiente da relação processual, a fim de assegurar-lhe maior facilidade na produção da prova, podendo escolher o foro que lhe seja mais cômodo e conveniente. Na hipótese, a contratação da reclamante se deu na cidade de São Paulo/SP, onde inicialmente prestou serviços, sendo posteriormente alterado o local de trabalho para São Joaquim da Barra/SP, por força da mudança de residência do empregador doméstico. Em tal circunstância, **há que se permitir ao empregado o ajuizamento da reclamação trabalhista em qualquer um dos foros das cidades onde ocorreram as prestações de serviços, face à ausência de determinação de lei em sentido contrário.** Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento (destaques nossos).<sup>84</sup>

As decisões colacionadas exemplificam a amplitude do campo de atuação do Tribunal Superior do Trabalho na matéria do trabalho doméstico. Os resgates jurisprudenciais inovam em fixar limites aos termos da lei e em aplicar ao caso concreto a dimensão protetiva que agora se amplia.

O Tribunal Superior do Trabalho pacifica entendimentos, tais como o reconhecimento da discricionariedade do empregado, quando da escolha do local para o ajuizamento de ação trabalhista, e, também, determina a quantificação do conceito de “continuidade”, como três ou mais dias na semana, para a configuração de vínculo empregatício.

Por conseguinte, demonstram a constitucionalização do direito do trabalho e o reconhecimento de direitos fundamentais não prescritos pelo constituinte, mas aplicados à casuística.

---

<sup>84</sup> RR - 2338-46.2011.5.02.0012, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 17/06/2015, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/06/2015.

## 4 DIMENSÃO PROTETIVA NO DIREITO INTERNACIONAL

### 4.1 Organização Internacional do Trabalho

O fenômeno social da globalização<sup>85</sup> cria um mercado universal – o que implica na relativização de um direito do trabalho antes considerado absoluto<sup>86</sup>.

A partir de uma série de eventos históricos<sup>87</sup> que culminaram com sua criação<sup>88</sup>, a Organização Internacional do Trabalho - OIT é considerada um paradigma no processo de internacionalização de direitos humanos<sup>89</sup>.

A OIT é, para Arnaldo Sussekind,

[...] pessoa jurídica de Direito Público internacional, de caráter permanente, constituída de Estados, que assumem, soberanamente, a obrigação de observar as normas constitucionais da entidade e das

<sup>85</sup> Por globalização, adota-se o conceito de Antônio Rodrigues de Freitas Jr., a partir do qual se compreende, “*sob o ponto de vista jurídico, o deslocamento da capacidade de formulação de definição e de execução de políticas públicas, antes radicada no Estado-Nação, para arenas transnacionais ou supranacionais, decorrentes da globalização econômica e de seus efeitos sobre a extensão do poder soberano. Trata-se de um fenômeno, e, portanto, de um dado de realidade no mundo da vida; antes que de uma figura jurídica, mas de grande alcance e importância para o Direito*” FREITAS JR, Antônio Rodrigues de. **Direitos sociais e direitos humanos numa economia globalizada**. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 49.

<sup>86</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Tendência do Direito do Trabalho na América Latina na era da globalização**. In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 67, n. 4, out/dez 2001. Brasília: TST, 2001.

<sup>87</sup> Em 1818, Robert Owen idealiza um organismo internacional ligado ao direito do trabalho. Após a publicação do Manifesto Comunista (1848), da primeira Conferência Internacional do Trabalho (1890) e da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891), foi instituída uma comissão para aparelhar o referido organismo em 1897. Três anos depois, o Congresso de Paris cria a fundação internacional de proteção aos trabalhadores e, em 1919 é assinado o Tratado de Versalhes - SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000, p. 85-98.

<sup>88</sup> Em 1919, pela XIII parte do Tratado da Paz, com o fim da Primeira Guerra Mundial. BOSKOVIC, Alessandra Barrichello; VILLATORE, Marco Antônio Cesar. **Trabalho decente doméstico e a necessidade de mais legislação para o Brasil ratificar a Convenção 189 da Organização Mundial do Trabalho e suas consequências sociais e econômicas**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72**, de 2013, p. 27-44.

<sup>89</sup> FONTOURA, Jorge; GUNTHER, Luiz Eduardo. **A Recomendação 201 da OIT sobre o trabalho doméstico decente: natureza jurídica, aplicação e efetividade**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72**, de 2013, p. 153.

convenções que ratificam, integrando o sistema das Nações Unidas como uma das suas agências especializadas<sup>90</sup>

E tem por objetivo fundamental *“reunir elementos de convicção, analisá-los e apresentar estudos consistentes com o objetivo de equilibrar as relações entre o capital e o trabalho”*.<sup>91</sup>

Sua estrutura é marcada por três principais órgãos: a Conferência ou Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Repartição Internacional do Trabalho. Ao Conselho de Administração incumbe questões de ordem gerencial, tais como a fixação de data e local para as reuniões da Conferência, a definição orçamentária e a instituição de Comissões<sup>92</sup>. A Repartição é encarregada de funções técnicas, destacando-se a função que *“concerne às publicações periódicas e eventuais sobre a legislação comparada e os aspectos doutrinários e técnicos referentes aos problemas que interessam à OIT”*<sup>93</sup>.

O mais importante órgão da OIT é a Conferência ou Assembleia Geral, isto porque é desse órgão que emanam as Convenções e Recomendações Internacionais do Trabalho<sup>94</sup>. Esses instrumentos normativos *“constituem o intitulado Código Internacional do Trabalho”*<sup>95</sup>, apesar de não se tratar *“de um código na acepção técnica da palavra”*<sup>96</sup>.

#### 4.2 Incorporação das normativas internacionais

O Direito Internacional do Trabalho, constituído pelas Convenções e Recomendações servem a três específicos propósitos. Jorge Fontoura e Luiz Eduardo Gunther esclarecem que a função normativa está baseada na possibilidade de ratificação dessas normativas – o que gera uma exigibilidade

<sup>90</sup> SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **Instituições de direito do trabalho**. 19. ed., v. 1. São Paulo: LTr, 2000, p. 107.

<sup>91</sup> GUNTHER, Luiz Eduardo. **A OIT e o Direito do Trabalho no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 26.

<sup>92</sup> JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 190.

<sup>93</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. Ob.cit., p. 148.

<sup>94</sup> JORGE NETO, Francisco Ferreira. Ob. Cit, p. 190.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 191.

<sup>96</sup> Idem.

de seu cumprimento no âmbito interno<sup>97</sup>. A função integradora é aquela a partir da qual se pode criar um catálogo de princípios gerais de Direito do Trabalho e a função interpretativa que remonta à primazia da ordem internacional sobre a ordem interna<sup>98</sup>.

Esse Código Internacional pode ser utilizado pelos Tribunais nacionais como normativa direta de solução do litígio, como norma condutora para o reconhecimento de princípio internacional do trabalho, como parâmetro hermenêutico de dispositivo interno ou, ainda, como agregador de força argumentativa à decisão baseada em direito interno<sup>99</sup>.

Por Convenção, entende-se “*o procedimento-tipo da regulamentação internacional do trabalho, sendo ela somente passível de ser objeto de ratificação e criar uma rede de obrigações internacionais, seguidas de medidas de controle*”<sup>100</sup>. A Recomendação, por sua vez, caracteriza-se como acessória em relação à Convenção e embora “*possuam natureza jurídica não vinculante, isso não exclui a possibilidade de seu uso judicial*”<sup>101</sup>.

A despeito de contemplar direitos humanos fundamentais e de estabelecer medidas de proteção a esses direitos<sup>102</sup>, a adoção e ratificação das Convenções não garantem o respeito a essas normativas<sup>103</sup>.

O caso específico do trabalho doméstico foi contemplado com recentes discussões (em 2010 e 2011) que culminaram com a elaboração da Convenção 189 e com a Recomendação 101.

<sup>97</sup> FONTOURA, Jorge; GUNTHER, Luiz Eduardo. **A Recomendação 201 da OIT sobre o trabalho doméstico decente**: natureza jurídica, aplicação e efetividade. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013, p. 151-170.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> BEAUDOUNNET, Xavier. **Direito internacional do trabalho e direito interno**: manual de formação para juízes, juristas e docentes em direito. Turim/Brasília: Centro Internacional de Formação da OIT/ANAMATRA, 2011, p. 17-35.

<sup>100</sup> VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. Tradução de Maria José Triviño. Madrid: Tecnos, 1977. p. 234-236.

<sup>101</sup> FONTOURA, Jorge; GUNTHER, Luiz Eduardo. **A Recomendação 201 da OIT sobre o trabalho doméstico decente**: natureza jurídica, aplicação e efetividade. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013, p. 163.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas. **A Convenção 189 da OIT no contexto da luta por reconhecimento dos direitos dos trabalhadores domésticos**. In: PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos na ordem contemporânea**: proteção nacional, regional e global. v. V. Curitiba: Juruá, 2012, p. 191.

<sup>103</sup> MATTIOLI, Maria Cristina. **Os padrões internacionais do trabalho diante do fenômeno da globalização**: novo enfoque para as reformas trabalhista e sindical no Brasil. In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 78, n. 2, abr/jun 2012. Brasília: TST, 2012.

A peculiaridade da relação jurídica só pôde ser aprimorada a partir da noção do trabalho decente, formalizada em Convenção em 1999, considerando, especialmente, a forte divisão sexual e de raça que permeia o trabalho doméstico.

A despeito de não ter sido ratificada pelo Brasil, não se pode olvidar a influência de suas disposições na nova regulamentação. Em sendo assim, cabe esclarecer pontos paradigmáticos da Convenção e da Recomendação.

Em seu artigo 1º, a Convenção 189 define que o trabalhador doméstico *“é toda pessoa, do sexo feminino ou masculino, que realiza um trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho de forma não ocasional ou esporádica”*<sup>104</sup>.

Ao longo de seus artigos, estabelece direitos como liberdade sindical, de associação, reconhecimento efetivo da negociação coletiva, proteção contra formas de abuso, assédio e violência, condições equitativas de emprego e trabalho decentes, respeito à privacidade, contratos escritos de trabalho (que permitam a informação do trabalhador em relação a todos os aspectos do seu contrato), jornada de trabalho, hora extra, descanso diário e semanal (24h consecutivas) e férias remuneradas, horas à disposição do empregador, salário mínimo e necessidade de inspeção do trabalho.

A Recomendação, por sua vez, estabelece a importância de

- Eliminar restrições legislativas ao direito sindical;
- Fortalecer as entidades;
- Estabelecer um contrato de trabalho padrão;
- Controlar a jornada de trabalho;
- Instituir a quantidade de horas máximas a disposição do empregador;
- Observar os descansos intra e interjornada e
- Proteger os créditos salariais no caso de insolvência.<sup>105</sup>

Ambos os instrumentos internacionais foram a base teórica que motivou o início das discussões acerca da reforma do modelo protetivo dos trabalhadores domésticos, que culminou com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72 de 2013.

---

<sup>104</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189 e nº 201)**. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/v1xsCc> Acesso em: 01/10/2015.

<sup>105</sup> Idem.

### 4.3 Corte Europeia de Direitos Humanos

O sistema europeu de proteção dos direitos humanos é consubstanciado pela Convenção Europeia de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, em vigor desde 1953<sup>106</sup>, tendo como signatários 47 países (integrantes e não integrantes da União Europeia).

Instituída simultaneamente, como seu instrumento de efetivação, a Corte Europeia de Direitos Humanos tem sede em Strasbourg, na França. Podem submeter casos a essa Corte tanto os Estados e Comissão, como os próprios indivíduos – esses últimos somente a partir da implementação do Protocolo nº 11<sup>107</sup>.

A competência da Corte é considerada dupla: implica dizer, pode ser de natureza consultiva ou contenciosa. O relato de Angelika Nussberger, professora de Direito Internacional Público e Direito Constitucional Comparado na Universidade de Colônia (Alemanha) e juíza da Corte Europeia de Direitos esclarece que:

A Corte Europeia de Direitos Humanos não foi criada para ser importante nos assuntos do Direito do Trabalho, mas, agora, sessenta anos depois da Consciência Europeia, já decidiu muitos casos de Direito do Trabalho e todas as Cortes de Trabalho europeias seguem a nossa jurisprudência e se interessam pelo que fazemos em Strasbourg<sup>108</sup>

A jurisprudência na Corte Europeia de Direitos Humanos, em matéria de trabalho doméstico, apresenta-se majoritariamente em questões que envolvam situações análogas à escravidão.

Veja-se, a exemplo, os seguintes julgados:

---

<sup>106</sup> MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos. In: Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba, v. 1, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/Hs2Rp2> Acesso em: 01/10/2015.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> NUSSBERGER, Angelika. **A jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho**. In: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS EM DIREITO DO TRABALHO. Brasília: 2014. Disponível em: <http://goo.gl/Ol2uuH> Acesso em: 17/10/2015.



**Siliadin v. France. 26 July 2005.** *The applicant, a Togolese national having arrived in France in 1994 with the intention to study, was made to work instead as a domestic servant in a private household in Paris. Her passport confiscated, she worked without pay, 15 hours a day, without a day off, for several years. The applicant complained about having been a domestic slave. The European Court of Human Rights found that the applicant had not been enslaved because her employers, although exercising control over her, had not had “a genuine right of legal ownership over her reducing her to the status of an “object”. It held, however, that the criminal law in force at the time had not protected her sufficiently, and that although the law had been changed subsequently, it had not been applicable to her situation. The Court concluded that the applicant had been held in servitude, in violation of Article 4 (prohibition of slavery, servitude, forced or compulsory labour) of the European Convention on Human Rights*<sup>109</sup>

Trata-se do caso de uma jovem estrangeira que teve seu passaporte confiscado na França ao ser submetida à escravidão por uma família que a manteve como doméstica, sem percepção de salário, com jornada diária de quinze horas de labor e sem descanso semanal. Em 2005, o Estado francês foi condenado por violação do art. 4º da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Em 2012, outro caso:

**C.N. and V. v. France (application no. 67724/09). 11 October 2012.** *This case concerned allegations of servitude or forced or compulsory labour (unremunerated domestic chores in their aunt and uncle’s home) by two orphaned Burundi sisters aged 16 and ten years. The Court held that there had been a violation of Article 4 (prohibition of slavery and forced labour) of the Convention in respect of the first applicant, as the State had not put in place a legislative and administrative framework making it possible to fight effectively against servitude and forced labour. It further found that there had been no violation of Article 4 in respect of the first applicant, with regard to the State’s obligation to conduct an effective investigation into instances of servitude and forced labour. It lastly found that there had been no violation of Article 4 in respect of the second applicant. The Court concluded, in particular, that the first applicant had been subjected to forced or compulsory labour, as she had had to perform, under threat of being returned to*

---

<sup>109</sup> Tradução livre: **Siliadin x França (26 de julho de 2005)**. A requerente, togolesa (nascida no país africano do Togo), chegou na França em 1994 com o objetivo de estudar. Todavia, foi forçada a trabalhar como doméstica em uma residência em Paris. Trabalhou sem receber salário, em jornada excessiva (quinze horas diárias), sem dias de descanso, e, ainda, teve seu passaporte confiscado. Alega ter sido escrava da referida família. A Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu que não se configurou a escravidão, porque, ‘a despeito de seus empregadores exercerem controle sobre ela, não havia um direito de propriedade genuíno sobre ela, a reduzindo ao status de objeto’. Porém, decidiu que a legislação penal não foi suficiente para protegê-la, mesmo após significativa alteração. A conclusão da corte foi no sentido de que a requerente foi submetida ao regime de servidão, e a França violou o art. 4º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, que prevê a proibição da escravidão, servidão e do trabalho forçado ou compulsório. Disponível em: <http://goo.gl/z3T7WL> Acesso em: 17/09/2015.

*Burundi, activities that would have been described as work if performed by a remunerated professional – “forced labour” was to be distinguished from activities related to mutual family assistance or cohabitation, particular regard being had to the nature and volume of the activity in question. The Court also considered that the first applicant had been held in servitude, since she had felt that her situation was unchanging and unlikely to alter. Finally, the Court found that France had failed to meet its obligations under Article 4 of the Convention to combat forced labour.*<sup>110</sup>

Novamente contra a França, existem alegações de trabalho forçado de duas irmãs órfãs (uma de 16 e a outra de 10 anos idade). Ambas trabalhavam sem remuneração, como domésticas, na casa de seus tios. A mais velha fora ameaçada de ser obrigada a voltar ao seu país de origem em caso de não cumprimento das condições laborais estabelecidas.

A Corte fixou que o casal de tios ultrapassou o limite de ajuda mútua, decorrente da coabitação e a forçou a trabalhar, em condições análogas à de escravo. O Estado francês foi considerado falho no combate ao trabalho forçado, de modo a violar dispositivo de tratado internacional de que é signatário.

A partir da análise da selecionada jurisprudência internacional, percebe-se como os mecanismos internacionais podem servir como parâmetros e aplicadores do direito humano ao trabalho decente, especialmente em relação ao trabalho doméstico.

---

<sup>110</sup> Tradução livre: **C.N e V. x França (11 de outubro de 2012)**. Esse caso envolve alegações de servidão ou trabalho forçado (trabalho doméstico sem remuneração na casa de tios) por duas irmãs órfãs nascidas no Burundi, uma com dezesseis e a outra com dez anos. Primeiramente, a Corte entendeu que houve violação do art. 4º (proibição da escravidão, servidão e do trabalho forçado ou compulsório) da Convenção em relação à primeira requerente, já que o Estado não implementou legislação e aparato administrativo que pudesse ser efetivo no combate à servidão e ao trabalho forçado. Sua conclusão baseou-se, também, pela não violação do referido disposto em relação à mesma requerente, já que não se verificou a obrigação do Estado em conduzir investigações eficazes em casos de servidão e escravidão. Posteriormente, concluiu que também não houve violações no caso da segunda requerente. A Corte concluiu que a irmã mais velha fora submetida ao trabalho forçado, considerando que teve que realizar atividades descritas como as realizadas por profissionais remunerados sob a ameaça de retornar à seu país de origem. Há que se distinguir as atividades decorrentes de auxílio mutuo, próprias da coabitação, de trabalho forçado, particularmente em relação à natureza e ao volume de trabalho em questão. A Corte também concluiu que ela foi submetida à servidão, já que ela se sentia permanentemente e indefinidamente à esse regime, sem qualquer vislumbre de alteração. Finalmente, mudou o entendimento inicial e concluiu que a França não cumpriu as obrigações previstas pela Convenção Europeia de Direitos Humanos, especialmente em relação ao combate ao trabalho forçado. Disponível em: <http://goo.gl/z3T7WL> Acesso em: 17/09/2015.

## 5 MICROSSISTEMA DO TRABALHO DOMÉSTICO

### 5.1 *Emenda Constitucional nº 72 de 2013*

Todo o arcabouço doutrinário e legislativo traçado até aqui, particularmente quanto aos aspectos da teoria constitucional, resultam na compreensão de que o ordenamento jurídico, como reflexo da realidade em que está inserido, deve possuir uma capacidade de mutação e adequação aos avanços sociais.

Nesse sentido, é posicionamento de Ingo Wolfgang Sarlet, ao destacar que:

[...] o relevante papel das emendas constitucionais na manutenção do delicado e sempre tenso equilíbrio entre a Constituição formal e a realidade constitucional. Por essa razão, a possibilidade de reformas constitucionais talvez seja mesmo uma espécie de 'mal necessário', e, como todo 'mal' (por mais necessário que seja) deve ser mantido sob rigorosos limites, estes fixados expressa e/ou implicitamente pelo Poder Constituinte originário<sup>111</sup>

A modificação constitucional pode ser verificada formal ou informalmente<sup>112</sup>. Para que seja válida, a modificação precisa ser, necessariamente, conforme ao já disposto pela Constituição e deve, ainda, seguir todos os requisitos estabelecidos, como mencionado pelo autor.

O mecanismo relevante para o estudo do novo microssistema protetivo do trabalho doméstico é a Emenda Constitucional nº 73, promulgada em 2 de

---

<sup>111</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos sociais**: o problema de sua proteção contra o poder de reforma na Constituição de 1988. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social**: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1), p. 140.

<sup>112</sup> A via informal, estabelecida pela mutabilidade constitucional através da interpretação. E a via formal, com atuação legislativa - BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 146.

abril de 2013, e que foi o resultado da aprovação da denominada PEC das Domésticas<sup>113</sup> tendo como objetivo fundamental

[...] propiciar a igualdade de garantias como princípio constitucional, na estrutura de direitos fundamentais e de cidadania social e; segundo, por incorporar um rol de direitos provenientes de uma relação de trabalho, como obrigações de prestações positivas ao empregado doméstico.<sup>114</sup>

Lorena de Mello Rezende Colnago sintetizou a ampliação no rol de direitos dos trabalhadores domésticos em cinco grupos de tutela<sup>115</sup>. O primeiro deles se refere à jornada de trabalho e abarca a previsão da jornada máxima de trabalho de 44 horas semanais e 8 horas diárias, a concessão de intervalos *inter*<sup>116</sup> e *intra*<sup>117</sup> jornada, a possibilidade de compensação de horário e da fixação de jornada na modalidade 12 x 36, além de prever a possibilidade de inspeção do local de trabalho.

O segundo patamar protetivo diz respeito ao salário, e em especial à proibição de qualquer discriminação salarial ou de critérios admissionais, por motivo de sexo, idade, cor, estado civil ou deficiência. O outro grupo abarca os direitos atinentes à extinção contratual, tais como o seguro-desemprego, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a proteção contra dispensa arbitrária.

A Emenda Constitucional estabelece, ainda, proteção em relação ao ambiente de trabalho (com reconhecimento da responsabilização do empregado, e do direito ao recebimento de seguro contra acidente de trabalho)

<sup>113</sup> FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **A Emenda Constitucional 72/2013 e o futuro do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 93-112

<sup>114</sup> MACHADO, Sidnei. **Os domésticos e a previdência social: o sentido da reforma de 2013**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 247.

<sup>115</sup> COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. **O trabalho doméstico: primeiras impressões da Emenda Constitucional 72/2013**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 195-212.

<sup>116</sup> Maurício Godinho Delgado aponta que os intervalos interjornadas são os *“lapsos temporais regulares, distanciadores de uma duração diária de labor e outra imediatamente precedente e imediatamente posterior, caracterizados pela sustação da prestação de serviços e pela disponibilidade do obreiro perante o empregador”* - DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 960.

<sup>117</sup> Maurício Godinho Delgado define intervalo intrajornada como sendo *“lapsos temporais regulares, remunerados ou não, situados no interior da duração diária de trabalho, em que o empregado pode sustar a prestação de serviços e sua disponibilidade perante o empregador”* - DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 953.

e da isonomia de tratamento (com a proibição de discriminação de qualquer tipo).

De forma pormenorizada, o referido dispositivo legal garantiu os seguintes direitos, com aplicabilidade imediata<sup>118</sup>: *garantia de salário mínimo, para aqueles que percebem remuneração variada; proteção do salário quanto à retenção dolosa; limitação de jornada de trabalho, nos limites máximos de 8 horas diárias e 44 horas semanais; pagamento de adicional de hora extra, em no mínimo 50% do valor normal; reconhecimento de negociação coletiva; possibilidade de estabelecimento do regime de compensação de jornada; redução dos riscos no ambiente de trabalho; proibição de diferença salarial ou em critérios admissionais, em razão de discriminação de sexo, idade, cor, estado civil ou para com o portador de deficiência e proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre do menor.*

A seguir, apenas com fins didáticos, explica-se, separadamente, aspectos relevantes e controversos acerca de cada um dos direitos mencionados.

Art. 7º, VII - Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os percebem remuneração variável.

O referido direito é, segundo o entendimento de Georgenor de Sousa Franco Filho, de difícil aplicabilidade à peculiaridade da relação doméstica. Costumeiramente, o salário é fixado por horas, dias ou de forma mensal. A remuneração variável, tal como comissão sobre vendas ou por produção, não é algo rotineiramente associado ao trabalho doméstico<sup>119</sup>.

Todavia, quando do pagamento dessas bonificações por mais de uma vez, devem ser consideradas como integrantes do salário do trabalhador<sup>120</sup>.

<sup>118</sup> Importa reconhecer que parte dos direitos estendidos aos domésticos possui eficácia plena (e aplicabilidade imediata) e outra parte, em razão de circunstâncias peculiares, possui eficácia limitada. Esse último grupo já está regulamentado, e será esmiuçado no próximo item deste capítulo.

<sup>119</sup> FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **A Emenda Constitucional 72/2013 e o futuro do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 93-112

<sup>120</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico: comentários à Lei Complementar n. 150/2015**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 81.

Art. 7º, X - Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

Admite-se a responsabilização civil do empregador, quando da mora salarial. Entretanto, conforme noticiado por Carlos Henrique Bezerra Leite, “o empregador doméstico (ou qualquer outro) não pode, enquanto não entrar em vigor lei penal específica, ser punido criminalmente por retenção dolosa do salário”<sup>121</sup>.

Art. 7º, XIII – Duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Como colocado por Amauri Cesar Alves,

[...] é civilizado um país e é razoável um empregador que permite ou exige disponibilidade diária de trabalho de 24 horas, durante 6 dias por semana? O Brasil, até o dia 01/04/2013, permitia tal barbárie, ainda que nem todos os empregadores a praticassem.<sup>122</sup>

A fixação da jornada de trabalho máxima foi estabelecida logo na primeira convenção da OIT, por se tratar do direito mais absolutamente fundamental do trabalhador<sup>123</sup>.

Consequentemente à fixação da jornada máxima, nasce a obrigatoriedade do controle dessa jornada:

[...] o controle formal é essencial para que o empregador doméstico comprove os efetivos horários de trabalho diante de uma ação trabalhista em que o empregado venha pleitear horas extras não remuneradas.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>122</sup> ALVES, Amauri Cesar. **Igualdade, ainda que injustificadamente tardia**. In: Jornal Estado de Minas, n. 25.990, 05 de abril de 2013, Caderno Direito e Justiça. Disponível em: <http://goo.gl/vHpikZ> Acesso em: 01/10/2015.

<sup>123</sup> ARANTES, Delaíde Alves Miranda. **Trabalho decente para os trabalhadores domésticos do Brasil e do mundo**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 83-86

<sup>124</sup> CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. **O empregado doméstico e algumas considerações sobre a jornada de trabalho**. In: Revista do Tribunal do Trabalho da Segunda Região, v. 14, p. 348.

A possibilidade de compensação de jornada, apesar de ser direito plenamente eficaz a partir da promulgação da Emenda Constitucional, está expressamente permitido e regulamentado pelos artigos 2º, §4º e 5º, e 10 da Lei Complementar nº 150/2015.

O regime de compensação de horas deve ser firmado entre empregador e empregado, de forma escrita, e deve prever o pagamento das primeiras quarenta horas excedentes como hora extraordinária e das restantes como força de dia útil não trabalhado durante o mês.

Ainda, é possível às partes acordarem pelo regime de jornada especial de doze horas de trabalho, seguidas por trinta e seis horas de descanso. Essa modalidade é comum em casos de empregado doméstico que realizará funções de cuidador de idosos ou de babás, pela necessidade de atenção ininterrupta. Nesse regime especial, há que se observar o pagamento em dobro em feriados trabalhados e o repouso semanal remunerado.

Pode, além de ser firmado entre as partes, ser previsto pelo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, assunto a ser tratado na sequência.

Art. 7º, XVI – Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do valor normal.

O adicional de horas extras com remuneração superior em 50% do valor da hora normal está intimamente ligado ao controle da jornada de trabalho (mencionado anteriormente) e do regime de compensação de horas, também tratado há pouco.

Ademais, será devido o pagamento do adicional, quando desrespeitados os intervalos *intra* e *inter* jornadas, dispostos nos art. 13 e 15 da Lei Complementar, respectivamente.

Para o art. 2º, §7º do mesmo diploma legal institui-se “*tratamento diferenciado para o trabalhador doméstico que reside e permanece no mesmo local de trabalho*”<sup>125</sup>, consignando que os intervalos interjornada, intrajornada, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres não serão computados no seu horário de trabalho.

---

<sup>125</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico: comentários à Lei Complementar n. 150/2015.** São Paulo: Saraiva, 2015, p. 73.

Art. 7º, XXVI - Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Com o reconhecimento da negociação coletiva, a Emenda Constitucional reconheceu a legitimidade dos sindicatos obreiros e patronais. Os sindicatos são *“associações de pessoas físicas ou jurídicas que exercem atividade profissional ou econômica, para a defesa dos respectivos interesses”*<sup>126</sup>.

A importância do reconhecimento deste direito está pautada em sua íntima relação com o trabalho decente, nas palavras de Luiz Eduardo Gunther:

[...] trabalho decente e negociação coletiva do trabalho são assuntos que se entrelaçam em uma só direção, atendendo a dois princípios modernos essenciais: dignidade da pessoa humana e desenvolvimento do trabalho de forma sustentável<sup>127</sup>

Porém, Georgenor de Sousa Franco Filho<sup>128</sup> critica o mesmo reconhecimento, sob a justificativa da dificuldade na identificação e registro do sindicato patronal, já que os empregadores domésticos não constituem categoria econômica (por serem dotados de uma finalidade não lucrativa<sup>129</sup>).

De fato, como prevê Volia Bonfim Cassar,

[...] para efetivar tal direito, é necessário antes legitimar os sindicatos das duas categorias – empregados e empregadores (hoje verdadeiras associações, apesar do nome sindicato) – por meio do seu registro no Ministério do Trabalho, requisito que investe o sindicato nos poderes coletivos (art. 519 da CLT)<sup>130</sup>

<sup>126</sup> MAGANO, Octávio Bueno. **Direito Coletivo do Trabalho – Manual de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1993, v. III, p. 96.

<sup>127</sup> GUNTHER, Luiz Eduardo. **A OIT e o Direito do Trabalho no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 94.

<sup>128</sup> FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **A Emenda Constitucional 72/2013 e o futuro do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72**, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 93-112

<sup>129</sup> O tema será tratado de forma mais profunda quando da pormenorização dos conceitos, trazidos pela Lei do Trabalho Doméstico, no capítulo seguinte.

<sup>130</sup> CASSAR, Volia Bonfim. **Os novos direitos do empregado doméstico**. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO. v. 24, n. 53, jan/jun 2013. Rio de Janeiro: TRT/RJ 1ª Região, 2013, p. 60.



Em levantamento<sup>131</sup>, foi possível identificar quarenta e seis sindicatos dos trabalhadores domésticos e quatorze sindicatos dos empregadores domésticos com registro ativo no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Da totalidade desses sindicatos, apenas vinte e dois deles constam no Cadastro de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho (alguns deles em situação de análise).

Todavia, foi possível encontrar e analisar quatro Convenções Coletivas de Trabalho e seus detalhamentos, que demonstram – mesmo que timidamente – o impacto do reconhecimento desse direito aos trabalhadores domésticos.

A Convenção Coletiva pactuada entre o Sindicato dos Empregados Domésticos de Araucária e Região e o Sindicato dos Empregadores de Empregadas e Empregados Domésticos do Paraná, assinada em 2009, fixou a obrigatoriedade no fornecimento de recibos de pagamentos e o piso salarial da categoria em R\$610,12<sup>132</sup>. Ainda, instituiu o Fundo de Educação e Qualificação Profissional – voltado ao financiamento de treinamentos e cursos de formação, custeados pelos empregados (que deveria recolher R\$30,00 por empregado e por ano, ao sindicato obreiro)<sup>133</sup>.

Dentro do contexto pós-Emenda Constitucional, foi possível acesso a três outras convenções coletivas. Denota-se da análise de seu conteúdo o nítido avanço da proteção trabalhista da categoria.

O Sindicato das Empregadas Domésticas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região e o Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região pactuaram<sup>134</sup>, para o ano de 2014, os seguintes direitos:

- *Piso salarial regional: R\$810,00*
- *Piso salarial diferenciado:*

---

<sup>131</sup> Constante do anexo I, deste trabalho.

<sup>132</sup> BRASIL. Convenção Coletiva de Trabalho. Sindicato dos Empregados Doméstico de Araucária e Região e Sindicato dos Empregadores de Empregadas e Empregados Domésticos do Paraná. Araucária, 2009. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO. Edição temática: **Trabalho doméstico**. Ano II, n. 17. Curitiba: TRT-PR, 2013, p. 287-299.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> BRASIL. Convenção Coletiva de Trabalho. Sindicato das Empregadas Domésticas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região e Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região. Campinas, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/F1cFIL> Acesso em: 18/10/2015.

<b>PROFISSIONAL</b>	<b>MORA NO LOCAL DE TRABALHO</b>
BABÁ (01 CRIANÇA)	R\$ 1.400,00
BABÁ (01 CRIANÇA) FOLGUISTA	R\$ 1.090,00
BABÁ (02 ou MAIS CRIANÇAS)	R\$ 1.550,00
BABÁ (02 ou MAIS CRIANÇAS) FOLGUISTA	R\$ 1.150,00
COPEIRA	R\$ 1.250,00
COZINHEIRA FORNO e FOGÃO	R\$ 1.450,00
CUIDADOR DE IDOSOS ou PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	R\$ 1.500,00
CUIDADOR DE IDOSOS ou PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS FOLGUISTA	R\$ 1.250,00
DOMÉSTICA	R\$ 1.200,00
GOVERNANTA / MORDOMO	R\$ 2.450,00
MOTORISTA	R\$ 1.550,00
CASEIRO	R\$ 1.380,00

- Contrato de experiência de 90 dias.
- O direito à uma ligação semanal (com o desconto salarial apenas do excedente disso)
- Pagamento de repouso semanal remunerado (aos domingos)
- Adicional Noturno, na porcentagem extra de 20%, considerando o período entre as 22h e às 5h.
- Horas extras, com adicional de 50% sobre o valor da hora normal
- Adicional de viagem: não podendo ser por tempo superior a 180 dias, com remuneração adicional de 10% sobre o valor da hora normal.
- Auxílio-alimentação: recebido no emprego ou por meio de cesta básica (no mínimo 25 quilos de alimentos básicos).
- Vale-transporte: com o desconto máximo de 6%, sendo o restante custeado pelo empregador.
- Reconhecimento de banco de horas, mediante o acordo coletivo.
- Reconhecimento da jornada 12 x 36 para as babás, os cuidadores de idosos e portadores de necessidades especiais (com jornada máxima de 192h).
- Reconhecimento de plantões de escala ou de revezamento, desde que visivelmente fixados no local de trabalho e com prévia autorização dos sindicatos.
- Redução, com autorização dos sindicatos, do horário de almoço para os empregados que residam no local de trabalho.
- Considera-se como justificadas as faltas, comprovadamente, em razão de falecimento, casamento, nascimento, adoção, alistamento eleitoral e militar, comparecimento em juízo e vestibular.
- Salário-família, seguro de acidente de trabalho, adicional de sobreaviso, conforme o estabelecido na legislação.
- O auxílio-creche fica pendente de regulamentação pelo Governo.
- Institui o dia do trabalhador doméstico (27/04) e a contribuição sindical:

Para o empregado, 1 dia de salário no ano.

Para o empregador:

<b>NÚMERO DE EMPREGADOS</b>	<b>Valor da Contribuição Sindical Anual</b>
1	R\$ 30,00
2	R\$ 45,00
3	R\$ 60,00
4	R\$ 70,00
Mais de 4	R\$ 80,00

A pactuação<sup>135</sup> do ano de 2015, alterou as disposições anteriores, no sentido de:

- Piso salarial regional: R\$950,00
- Piso salarial diferenciado:

PROFISSIONAL	MORA NO LOCAL DE TRABALHO
BABÁ (01 CRIANÇA)	R\$ 1.564,50
BABÁ (01 CRIANÇA) FOLGUISTA	R\$ 1.219,00
BABÁ (02 ou MAIS CRIANÇAS)	R\$ 1.733,00
BABÁ (02 ou MAIS CRIANÇAS) FOLGUISTA	R\$ 1.286,00
COPEIRA	R\$ 1.397,00
COZINHEIRA FORNO e FOGÃO	R\$ 1.621,00
CUIDADOR DE IDOSOS ou PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	R\$ 1.676,25
CUIDADOR DE IDOSOS ou PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS FOLGUISTA	R\$ 1.397,00
DOMÉSTICA	R\$ 1.341,00
GOVERNANTA / MORDOMO	R\$ 2.738,00
MOTORISTA	R\$ 1.550,00
CASEIRO / JARDINEIRO / PISCINEIRO	R\$ 1.542,15
DEMAIS FUNÇÕES	R\$ 2.750,00

- Contrato de experiência passa a ser de 60 dias.
- Admite-se o regime parcial, não excedentes de 25 horas semanais, com garantia de salário nunca inferior à 50% do piso estipulado, mas sem o direito à percepção de horas extras.
- O direito à uma ligação semanal (com o desconto salarial apenas do excedente disso)
- Pagamento de repouso semanal remunerado (aos domingos)
- Adicional Noturno, na porcentagem extra de 20%, considerando o período entre as 22h e às 5h.
- Horas extras, com adicional de 50% sobre o valor da hora normal
- Adicional de viagem: não podendo ser por tempo superior a 180 dias, com remuneração adicional de 10% sobre o valor da hora normal.
- Auxílio-alimentação: recebido no emprego ou por meio de cesta básica (no mínimo 25 quilos de alimentos básicos). Ainda, admite-se o auxílio-alimentação com pagamento em dinheiro, no valor de R\$100,00
- Vale-transporte: com o desconto máximo de 6%, sendo o restante custeado pelo empregador.
- Reconhecimento de banco de horas, mediante o acordo coletivo.
- Reconhecimento da jornada 12 x 36 para as babás, os cuidadores de idosos e portadores de necessidades especiais (com jornada máxima de 192h).
- Reconhecimento de plantões de escala ou de revezamento, desde que visivelmente fixados no local de trabalho e com prévia autorização dos sindicatos.
- Redução, com autorização dos sindicatos, do horário de almoço para os empregados que residam no local de trabalho.
- Considera-se como justificadas as faltas, comprovadamente, em razão de falecimento, casamento, nascimento, adoção, alistamento eleitoral e militar, comparecimento em juízo e vestibular.
- A desocupação do trabalhador que residia no local de trabalho, em caso de rescisão com sem justa causa deve ocorrer no prazo de 30 dias. Caso a dispensa seja motivada, o prazo é de 10 dias.

<sup>135</sup> BRASIL. Convenção Coletiva de Trabalho. Sindicato das Empregadas Domésticas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região, Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Araraquara e Região e Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região. Campinas, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/jd493V> Acesso em: 26/10/2015.

- Salário-família, seguro de acidente de trabalho, adicional de sobreaviso, conforme o estabelecido na legislação.
- O auxílio-creche fica pendente de regulamentação pelo Governo.

- Institui o dia do trabalhador doméstico (27/04) e a contribuição sindical:

*Para o empregado, 1 dia de salário no ano.*

*Para o empregador:*

NÚMERO DE EMPREGADOS	Valor da Contribuição Sindical Anual
1	R\$ 33,53
2	R\$ 50,29
3	R\$ 67,05
4	R\$ 78,23
Mais de 4	R\$ 89,40

A última convenção coletiva a ser analisada foi pactuada neste ano pelo Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo e o Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo – SEDESP. A normativa coletiva fixou o piso salarial em R\$980,00 e inovou ao prever o pagamento, a partir de março de 2015, do benefício social familiar<sup>136</sup>. O referido benefício é o seguro de vida dos trabalhadores domésticos e deve ser recolhido dentro dos parâmetros estabelecidos pela Convenção.

Art. 7º, XXII - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

O ambiente de trabalho, para Sidnei Machado, é o “conjunto de condições internas e externas do local de trabalho e sua relação com a saúde dos trabalhadores”<sup>137</sup>.

Como consequência desse direito, o empregador passa a ter o dever de zelar pela saúde, segurança e higiene de seus trabalhadores e o Estado passa a ter o dever de realizar inspeções periódicas aos locais de trabalho.

Não obstante, é preciso considerar que o local de trabalho é, sucintamente, “o local no qual ele desenvolve regularmente suas atividades

<sup>136</sup> BRASIL. Convenção Coletiva de Trabalho. Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo e Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo – SEDESP. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/gfn0tK> Acesso em: 18/10/2015.

<sup>137</sup> MACHADO, Sidnei. **O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001, p. 66-67.

*profissionais*<sup>138</sup>, isto é, a residência ou âmbito residencial do empregador. A questão divergente quanto à aplicabilidade – e constitucionalidade – deste direito é a limitação do poder coercitivo e fiscalizatório do Estado, em face da inviolabilidade do domicílio – que é uma garantia constitucional.

A questão foi solucionada com a edição da Instrução Normativa nº 110/2014, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho<sup>139</sup>. Destaca-se, também, o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a limpeza de instalações sanitárias em residências não enseja o pagamento de adicional de insalubridade<sup>140</sup>.

<sup>138</sup> JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; FRANCCAPPANI, Adriano. **O ambiente de trabalho, a doença e o acidente de trabalho e os desafios para empregadores e empregados domésticos**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 171-182

<sup>139</sup> Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico. (...)

Art. 2º A fiscalização indireta será iniciada mediante a emissão de notificação por via postal, com Aviso de Recebimento - AR, que liste a documentação a ser apresentada e indique dia, hora e unidade descentralizada do MTE para a apresentação dos referidos documentos, fazendo-se constar expressamente a advertência de que o desatendimento à notificação acarretará a lavratura dos autos de infração cabíveis (...)

Art. 3º Caso o empregador, notificado para apresentação de documentos, não compareça no dia e hora determinados, o AFT deverá lavrar auto de infração capitulado no § 3º ou no § 4º do art. 630 da CLT, ao qual anexará via original da notificação emitida e, se for o caso, do AR que comprove o recebimento da respectiva notificação, independentemente de outras autuações ou procedimentos fiscais cabíveis.

Art. 4º Em caso de necessidade de fiscalização do local de trabalho, o AFT, após apresentar sua Carteira de Identidade Fiscal (CIF) e em observância ao mandamento constitucional da inviolabilidade do domicílio, dependerá de consentimento expreso e escrito do empregador para ingressar na residência onde ocorra a prestação de serviços por empregado doméstico.

Parágrafo único. Considera-se empregador, para fins do consentimento previsto no caput, qualquer pessoa capaz, pertencente à família para a qual o empregado doméstico preste serviços, que esteja responsável pela residência onde ocorra a prestação, no momento da inspeção a ser realizada por AFT.

Art. 5º O vínculo de emprego doméstico declarado em decisão judicial transitada em julgado, comunicado oficialmente por órgão da Justiça do Trabalho deverá ser considerado como prova documental a ser auditada no procedimento de fiscalização de que trata esta Instrução Normativa e servirá como elemento de convicção à eventual lavratura dos correspondentes autos de infração. (...)

<sup>140</sup> Súmula 448 – TST: ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1 com nova redação do item II ) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014. I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. II – A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

Por outro lado, o adicional de periculosidade encontra pouca correspondência no trabalho doméstico. Conforme previsão legal<sup>141</sup>, é devido o adicional de periculosidade quando do exercício de atividades e operações perigosas, com o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor do salário.

Art. 7º, XXX e XXXI - Proibição de diferença salarial, de exercício de funções e de critérios de admissão, por motivo de sexo, idade, cor, estado civil ou de qualquer discriminação salarial ou de critérios admissionais do trabalhador portador de deficiência.

Como já tratado, o trabalho doméstico é ocupação eminentemente feminina, motivo pelo qual esse será o foco da análise da proibição de diferença salarial. Como esclarece Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira:

[...] a abrangência da discriminação em relação à mulher trabalhadora, de um modo geral, diz respeito não apenas ao recebimento de salários com valores inferiores àqueles recebidos pelos homens mesmo quando realizando as mesmas funções laborais, mas relaciona-se também às exigências que são feitas às mulheres, como por exemplo, ao seu estado civil, situação familiar ou disponibilidade de tempo, que acaba, de uma maneira ou outra colocando as mulheres em situação de desigualdade no acesso ao emprego, na carreira profissional e nas condições de trabalho em geral.<sup>142</sup>

Todavia, não se pode olvidar a posição apresentada por Georgette de Sousa Franco Filho, que, na contratação de mão de obra doméstica, o principal critério é o da confiança. Esse critério é altamente subjetivo, não podendo ser necessária e imediatamente fixado como discriminatório.

---

<sup>141</sup> A NR 16 do Ministério do Trabalho apresenta em seu rol de atividades e operações perigosas, atividades que envolvam o manuseio de explosivos, inflamáveis, radiações ionizantes, substâncias radioativas, exposições a roubos ou outras espécies de violência física (casos de atividades de segurança pessoal e patrimonial), energia elétrica e atividades em motocicletas.

<sup>142</sup> OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. NICKNICH, Monica. **Uma reflexão sobre o direito das mulheres ao trabalho: a igualdade à luz da filosofia de Bobbio e o pragmatismo da singularidade para Warat.** In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **25 anos da Constituição e o Direito do Trabalho.** Curitiba: Juruá, 2013, p. 441.

Art. 7º, XXXIII - Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos é, claramente, a garantia à infância e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o direito à profissionalização do menor, contudo, não se admite – por aplicação extensiva da Recomendação 101 da OIT, o contrato de aprendizagem dentro do trabalho doméstico.

## 5.2 *Lei Complementar nº 150 de 2015*

A Emenda Constitucional, ao ampliar o rol dos direitos dos trabalhadores domésticos, instituiu direitos de eficácia limitada, pendentes de legislação complementar que lhes tornassem eficazes e exigíveis.

Nesse sentido é que foi editada a Lei Complementar nº 150 de 2015. Todavia, *“avançou para além daquele objetivo meramente regulamentador da EC 72. Na verdade, este novo diploma normativo instituiu, (...), um novo microssistema jurídico de regulação e proteção do trabalho doméstico no Brasil”*<sup>140</sup>.

Determinou, além dos conceitos de trabalhador e empregador doméstico, também, a aplicação subsidiária de outras leis, no que couberem, ao trabalho doméstico – como a regulamentação do Repouso Semanal Remunerado, da Gratificação de Natal para os Trabalhadores, Vale-Transporte e Consolidação das Leis do Trabalho<sup>141</sup>.

<sup>140</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico: comentários à Lei Complementar n. 150/2015.** São Paulo: Saraiva, 2015, p. 25.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 27.

Inicialmente, destaca-se que há inúmeros conceitos de trabalhador doméstico<sup>145</sup>. A definição que aqui se reputa mais completa é a visão proposta por Carlos Henrique Bezerra Leite:

Doméstico, portanto, é um trabalhador subordinado atípico, plenamente capaz (idade igual ou superior a 18 anos), que presta serviço, pessoalmente, de natureza contínua (e aqui o legislador preferiu não utilizar a expressão “não eventual” para diferenciá-lo do empregado protegido integralmente pela CLT), no âmbito residencial em atividade não econômica e mediante remuneração<sup>146</sup>.

Recentemente, parte da doutrina passou a reconhecer o fenômeno da parassubordinação<sup>147</sup>. Destaca-se, todavia, que como o art. 1º da Lei do Trabalho Doméstico expressamente menciona a subordinação, essa figura não é compatível com o tema.

É necessário, para a configuração de vínculo doméstico, a pessoalidade<sup>148</sup>, a continuidade<sup>149</sup>, a subordinação<sup>150</sup> e a onerosidade<sup>151</sup>. Para

<sup>145</sup> O Ministério do Trabalho e Emprego considera “*empregado (a) doméstico (a) aquele (a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial desta.*” - BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres**. 5. ed. Brasília: MTE, SIT, 2013, p. 7. Já Rodolfo Pamplona Filho e Marco Antônio Cesar Villatore, considera trabalhador doméstico “*a pessoa física que, de forma onerosa e subordinada juridicamente, trabalha para outra(s) pessoa(s) física(s) ou família, para o âmbito residencial desta(s), continuamente, em atividade sem fins lucrativos*” - PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito do trabalho doméstico: doutrina, legislação, jurisprudência, prática**. 4. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011, p. 30. Menciona-se, por fim, a posição de Volia Bonfim Cassar, para a qual o “*Doméstico é a pessoa física que trabalha de forma pessoal, subordinada, continuada e mediante salário, para outra pessoa física ou família que não explore atividade lucrativa, no âmbito residencial desta*” - CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2011, p. 362.

<sup>146</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. A Emenda Constitucional n. 72 e o ônus da prova da jornada laboral do trabalhador doméstico. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 17ª REGIÃO. Ano II, v. 1, n. 5, dez 2014. Vitória: TRT-ES, 2014.

<sup>147</sup> Por parassubordinado, adota-se o posicionamento de Maria Célia de Araújo Furquim: “*O parassubordinado pode ser considerado o trabalhador autônomo com dependência econômica, o que o torna, de princípio, detentor dos direitos previdenciários e fiscais outorgados ao autônomo*” - FURQUIM, Maria Célia de Araújo. **Nem empregado, nem autônomo: parassubordinado**. São Paulo: LTr, 2013, p. 52.

<sup>148</sup> Ou seja, “*a relação jurídica pactuada — ou efetivamente cumprida — deve ser, desse modo, intuito personae com respeito ao prestador de serviços, que não poderá, assim, fazer-se substituir intermitentemente por outro trabalhador ao longo da concretização dos serviços pactuados*” - DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 285.

<sup>149</sup> Diferentemente do trabalhador urbano, que deve realizar o trabalho de maneira não-eventual, ao doméstico requer-se o preenchimento do requisito da continuidade, mais restrito que aquele. O art. 2º da Lei do Trabalho Doméstico fixou como critério temporal o consolidado entendimento jurisprudencial de “*mais de 2 (dois) dias*”.

<sup>150</sup> Para a caracterização da subordinação, pode-se partir de critérios tais como a existência de poder disciplinar do tomador do serviço, o controle de dias e horários da prestação do serviço, a assunção de riscos por acidentes de trabalho - LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís



Carlos Henrique Bezerra Leite<sup>152</sup>, além desses, o trabalho doméstico reclama dois requisitos específicos: deve se tratar de pessoa física, com idade mínima de 18 anos – já que a Constituição Federal proíbe o trabalho do menor e não se admite aprendizagem no trabalho doméstico – e o trabalho deve ser realizado no âmbito residencial do empregador.

Por trabalho realizado no âmbito residencial do empregador entende-se

[...] serviços normais realizados no interior de uma residência familiar necessários à sua manutenção, como os serviços de limpeza e conservação, ou à satisfação das necessidades básicas das pessoas ou família que moram na residência, como serviços de alimentação, saúde, lazer, higiene e segurança.<sup>153</sup>

A partir desse requisito é que se permite conceber as diferentes modalidades do trabalho doméstico. É possível a caracterização de vínculo doméstico para governantas, babás, acompanhantes de idosos, vigias, piloto particular de avião e helicóptero e caseiro – esse último desde que não haja finalidade lucrativa no sítio.

Incontroversamente, é aquele que contrata o trabalhador doméstico, podendo apenas ser a pessoa física, o núcleo familiar e até mesmo a república de estudantes<sup>154</sup>. Há, ainda, em decorrência da necessidade de não exploração de atividade econômico-lucrativa, classes de pessoas e entidades que não poderão ser enquadradas como empregador doméstico, tais como profissionais liberais, condomínios de apartamentos e consórcios de empregadores<sup>155</sup>.

Art. 7º, I – Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

---

Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico**: comentários à Lei Complementar n. 150/2015. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 38.

<sup>151</sup> Implica dizer, não está protegido o trabalhador que realiza o trabalho “à título gratuito, voluntária, com laço de afinidade ou por mera caridade.” Op. Cit, p. 39.

<sup>152</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico**: comentários à Lei Complementar n. 150/2015. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 33-45.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 47-49.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 48.

A matéria, ainda pendente de regulamentação, estava prevista no Projeto de Lei 8/2003, apresentada pelo Deputado Mauricio Rands (PT/PE), mas foi arquivada sob o argumento de que

[...] conceder estabilidade a todos os empregados, nos termos propostos pela medida, além de inconstitucional, provocará enorme dano para a economia do País, causando muito mais desvantagens do que vantagens para os trabalhadores, diante da fragilidade que causará aos empregadores.<sup>156</sup>

Art. 7º, IX – Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

O adicional noturno do trabalhador doméstico importa em acréscimo de 20% sobre o valor da hora diurna, nos mesmos moldes estabelecidos para os trabalhadores urbanos.

Implica mencionar, ainda, o disposto no parágrafo terceiro, do art. 14, da Lei do Trabalho Doméstico, que prevê o cálculo do adicional noturno sobre o valor do salário anotado em CTPS quando a contratação se der para desempenho de atividades exclusivamente no período noturno.

Art. 7º, XII – Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.

O salário família é benefício previdenciário, instituído pela Lei nº 4.266/1963 e consiste em um pagamento de parcela proporcional ao número de filhos de até 14 anos, ou inválidos de qualquer idade. Para a concessão do benefício, é necessária a apresentação da carteira de vacinação (para filhos até 6 anos) ou comprovante de frequência escolar (para filhos maiores que 6 anos), além da comprovação do enquadramento como família de baixa renda<sup>157</sup>.

Notadamente,

<sup>156</sup> Despacho disponível para consulta na ficha de tramitação de Projetos de Lei e Outras Proposições, da Câmara dos Deputados (<http://goo.gl/xznylK>).

<sup>157</sup> CAMPAGNOLI, Adriana de Fátima Pilatti Ferreira; NEIVERTH, Elisabeth Mônica Hasse Becker. **Uma breve análise da incidência do inc. XII do art. 7º da Constituição de República para os empregados domésticos.** In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **25 anos da Constituição e o Direito do Trabalho.** Curitiba: Juruá, 2013, p. 15-26.

[...] os empregados domésticos representam uma categoria que, por excelência, se inclui no critério baixa renda, posto que, na maioria das hipóteses, são pessoas que percebem salário pouco expressivo economicamente, tratando-se de verdadeira necessidade tal incremento de renda<sup>158</sup>

O pagamento do benefício é de encargo do empregador doméstico – sendo posteriormente reduzido do valor a ser recolhido à título de contribuição previdenciária, e é pago de acordo com critérios estabelecidos a partir da remuneração do empregado, fixado pela Portaria Interministerial nº 13/2015<sup>159</sup>.

Art. 7º, XXVIII – Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

A Lei Complementar determinou a seguinte redação para o art. 19 da Lei nº 8.213/1991: *“Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou de empregador doméstico”*.

Sem uma regulamentação mais específica, entende-se aplicável o raciocínio e as disposições celetistas acerca do tema.

Art. 7º, II - Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

O seguro-desemprego é direito previdenciário e tem por finalidade a assistência ao trabalhador desempregado, através do auxílio financeiro temporário e da promoção de ações de recolocação e qualificação profissionais<sup>160</sup>.

---

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>159</sup> PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 13, DE 09 DE JANEIRO DE 2015 - DOU DE 12/01/2015, dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS. (...)

Art. 4º O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade, ou inválido de qualquer idade, a partir de 1º de janeiro de 2015, é de: I - R\$ 37,18 (trinta e sete reais e dezoito centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 725,02 (setecentos e vinte e cinco reais e dois centavos);

II - R\$ 26,20 (vinte e seis reais e vinte centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 725,02 (setecentos e vinte e cinco reais e dois centavos) e igual ou inferior a R\$ 1.089,72 (um mil e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos).

<sup>160</sup> Art. 2º da Lei nº 7.998/1990, que regula o programa governamental de proteção contra o desemprego.

De acordo com a legislação vigente<sup>161</sup>, tem direito ao benefício o trabalhador, em virtude da dispensa sem justa causa; o trabalhador com contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador; o pescador profissional durante o período do defeso e o trabalhador resgatado da condição semelhante à de escravo.

Será concedido em um período máximo de três a cinco meses – a depender do período aquisitivo<sup>162</sup>, e tem como requisitos para seu deferimento – no caso do empregado doméstico, (i) a dispensa sem justa causa, (ii) o trabalho exclusivo como empregado doméstico por no mínimo quinze meses (nos últimos vinte e quatro meses), (iii) ter quinze recolhimentos ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço na condição de empregado doméstico, (iv) não possuir renda própria de qualquer natureza, suficiente à sua subsistência e de sua família e, por fim, (v) não estar em gozo de benefício previdenciário de prestação continuada, salvo auxílio-acidente e pensão por morte<sup>163</sup>.

#### Art. 7º, III – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

A partir da vigência da Lei Complementar 150/2015, a inscrição do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço passa a ser obrigatória, sendo aplicadas as disposições gerais do tema, também para os domésticos<sup>164</sup>.

Peculiarmente em relação ao trabalhador doméstico, a Lei Complementar inovou ao permitir a indenização compensatória *“antes de ocorrer um eventual dano ensejador da extinção do contrato de trabalho doméstico”*<sup>165</sup>

#### Outros direitos

<sup>161</sup> Lei nº 7.998/1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com as alterações previstas pela Lei nº 13.134/2015.

<sup>162</sup>

<sup>163</sup> Disponível em: <http://goo.gl/shV7v4> Acesso em: 01/10/2015.

<sup>164</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico: comentários à Lei Complementar n. 150/2015**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 94.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 95.

Como mencionado por Alice Monteiro de Barros, é admitida a figura do contrato de experiência, “*pois esse tipo de ajuste destina-se a avaliar não só a aptidão para o trabalho contratado, mas também a conduta pessoal do trabalhador*”<sup>166</sup>.

### 5.3 Superações e inovações

Além da regulamentação da Emenda Constitucional, a Lei Complementar apresentou inovações legislativas, adequadas à peculiaridade da relação do trabalho doméstico e significou a superação das críticas doutrinárias e midiáticas acerca do tema.

O trabalho doméstico constitui relação de trabalho entre um empregador atípico em relação aos outros empregadores – justamente por não exercer atividade lucrativa – e um trabalhador atípico, e que:

[...] adquire ainda o atributo racial, visto que predomina nessa atividade a força de trabalho da mulher negra, numa associação direta ao trabalho realizado pelos escravos e por seus descendentes antes e após a abolição da escravidão no país. A ausência de profissionalização do trabalho, as relações supostamente afetivas desenvolvidas entre a família e a trabalhadora e o verdadeiro servilismo observado na duração da jornada, na diversidade das atividades prestadas e na não identificação (muito conveniente, aliás) das empregadas domésticas como trabalhadoras, são marcas dessa herança escravagista, sobretudo quanto à retirada, aceita de forma tão natural e “cultural”, da condição de sujeitos de direitos dessas pessoas.<sup>167</sup>

De plano, cabe tratar da instituição do REDOM – o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos. Esse programa é

<sup>166</sup> BARROS, Alice Monteiro de. **Trabalho doméstico**. In: DALLEGRAVE NETO, José Affonso (Coord). Direito do Trabalho – estudos. São Paulo: LTr, 1998, p. 408.

<sup>167</sup> PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto; DUTRA, Renata Queiroz; MENDONÇA, Laís Maranhão Santos. **Trabalho doméstico: avanços, resistências e perspectivas**. In: REVISTA ELETRONICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 80, n. 1, jan/mar 2014. Brasília: TST, 2014, p. 270-271.

*“uma faculdade conferida ao empregador”<sup>168</sup> com vias a estimular o adimplemento das contribuições previdenciárias devidas “tanto pelo trabalhador doméstico quanto pelo empregador doméstico e com vencimento até 30 de abril de 2013.”<sup>169</sup>*

Ainda, nota-se outra inovação importante, que foi o estabelecimento do Regime Unificado de Pagamento de Tributos, Contribuições e demais encargos do empregador doméstico, o denominado Simples Doméstico.

O Ministério do Trabalho e Emprego aponta que o referido regime:

[...] permite ao empregador pagar, numa única guia, todos os tributos relacionados à relação de emprego doméstico. O recolhimento deverá ser feito até o dia 7 do mês subsequente ao vencido, antecipando-se para o dia útil imediatamente anterior em caso de feriado bancário.<sup>170</sup>

Os empregadores domésticos deveriam acessar o *site* do eSocial<sup>171</sup> - a plataforma digital do Simples Doméstico, até o dia 06 de novembro deste ano<sup>172</sup>, já que passam a valer os prazos e multas estabelecidos pelo não pagamento dos encargos sociais.

Ressalta-se a baixa proporção do cadastramento no referido sistema, se tomarmos por base os dados da Organização Internacional do Trabalho de que no Brasil tem-se aproximadamente 7 milhões de trabalhadores domésticos, e que apenas 1 milhão de empregadores foram cadastrados corretamente.

Apesar disso, destaca-se que o verdadeiro objetivo do novo microssistema de proteção só será alcançado quando se observar na realidade *“a igualdade formal somada à igualdade material”<sup>173</sup>*

Como bem colocado por Luiz Felipe Monsore Assumpção

<sup>168</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico**: comentários à Lei Complementar n. 150/2015. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 133.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>170</sup> BRASIL. eSocial. **Trabalhadores domésticos**: direitos e deveres. 6. ed. Brasília: MTE, 2015.

<sup>171</sup> Conforme anexo III, deste trabalho.

<sup>172</sup> Notícia disponível em <https://goo.gl/On4RHA>

<sup>173</sup> GOMES, Eduardo Biacchi; MONTENEGRO, Aline Ferreira. **A efetividade dos direitos sociais**: uma análise a partir da Emenda Constitucional 72/13 e Convenção 189 da OIT. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **25 anos da Constituição e o Direito do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 192.

[...] trata-se do quarto maior contingente de trabalhadores do Brasil, e o de maior informalidade, mas as relações de trabalho no âmbito doméstico produzem um dos menores índices de litigiosidade do país. É bem plausível que tal característica se deva ao fato de que as conformações contratuais, consensualmente ajustadas, revestem-se de notável legitimidade, produzindo um efeito compromissário que propõe as relações de trabalho doméstico na direção da durabilidade, e do esvaziamento do animus de litigiar em juízo.<sup>174</sup>

### A justificativa para o lento reconhecimento e ampliação dos direitos trabalhistas dos domésticos

[...] (que tende a esconder verdadeiro preconceito social) sempre foi no sentido de que não poderia haver igualdade jurídica entre os empregados domésticos e os demais (celetistas e rurais) por não haver igualdade fática entre os empregadores domésticos e os demais (celetistas e rurais). A explicação para o tratamento desigual residiria na “proteção” ao empregador doméstico, que não teria condições financeiras de arcar com os mesmos custos trabalhistas suportados pelo empregador (celetista ou rural) que obtém ganho econômico com a exploração do trabalho no sistema capitalista<sup>175</sup>

À totalidade, as críticas doutrinárias e midiáticas concentram-se na – quase que consequente – demissão em massa da categoria, a partir do aumento excessivo dos encargos financeiros<sup>176</sup>. Como colocado por Juliane Caravieri Martins Gamba, *“esse argumento vem sendo combatido sob a perspectiva de que há lucratividade, ainda que indireta com o labor nas residências”*<sup>177</sup>. Isso porque

<sup>174</sup> ASSUMPÇÃO, Luiz Felipe Monsore. **A EC nº 72 e as transformações do trabalho doméstico no Brasil: o paradigma celetista e o problema da fixação e controle da jornada de trabalho.** In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 79, n. 4, out/dez 2013. Brasília: TST, 2013, p. 143.

<sup>175</sup> ALVES, Amauri Cesar. **O empregado doméstico em seu caminho para a igualdade.** In: Jornal Observador, edição 818, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/cykKeV> Acesso em: 01/10/2015.

<sup>176</sup> Como se denota da leitura dos textos: CINTRA, Marcos. **Trabalho doméstico em debate.** Disponível em: <http://goo.gl/2HnmUX> Acesso em: 03/10/2015; OLIVEIRA, Alexandre Nery. **A relação de trabalho doméstico segundo a Emenda Constitucional 72.** In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 45-56 e NELSON, Rocco Antônio Rangel Rosso. **O (quase) fim do empregado doméstico – o paradoxo dos direitos sociais implantados pela EC 72/2013.** In: Revista de Direito do Trabalho, n. 151, Caderno Especial, maio-jun/2013.

<sup>177</sup> GAMBÁ, Juliane Caravieri Martins. **Reflexões sobre a Convenção 189 da OIT: trabalhadores domésticos e o recente acordão do TRT da 2ª Região (horas extras para a empregada doméstica).** In: Revista LTr: legislação do trabalho. São Paulo: LTr, n. 2, ano 76, p. 188-201, fev. 2012.

[...] ao contratar o trabalho doméstico, o que faz a família é substituir a atividade produtiva do mercado pela apropriação do valor de uso da força de trabalho contratada. A produção é então deslocada ao âmbito residencial, assumindo nova roupagem, não-lucrativa.<sup>178</sup>

Jorge Luiz Souto Maior Borges relembra que

por ocasião da lei de férias, em 1925, foi dito que as férias destruiriam a moral dos trabalhadores brasileiro; em 1943, que a CLT arruinaria as indústrias; em 1963, que o estatuto do trabalhador rural imporia a bancarrota no campo... Como de resto sempre se faz com relação às proteções específicas do trabalho do adolescente e da mulher, afirmando que essas normas de proteção dificultariam a sua inserção no mercado de trabalho.<sup>179</sup>

Destaca-se, também, que a despeito da peculiaridade da relação do trabalho doméstico,

[...] observa-se que os empregadores, mesmo os domésticos, estão em situação de vantagem econômica frente aos seus empregados. A manutenção de um rol restritivo de direitos trabalhistas aos empregados domésticos possui um caráter de coerção econômica que se manteve até a aprovação da EC nº 72/2013 com fundamentação em razões jurídicas, inclusive constitucionais, amparadas no parágrafo único do art. 7º e em argumentos históricos tradicionais. Não se pode permitir que o argumento do “impacto econômico das políticas trabalhistas” seja utilizado para obstaculizar a garantia de direitos e a correção de injustiças históricas.<sup>180</sup>

E, também, que o aumento dos encargos sociais não pode se configurar entrave legal, de forma a ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.<sup>181</sup>

Para quantificar, exatamente, qual era a dimensão do suposto aumento no custo da contratação dos domésticos, optou-se por elaborar algumas

<sup>178</sup> MERÇON, Paulo Gustavo de Amarante. **Além dos portões da fábrica: o Direito do Trabalho em reconstrução.** In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 73, n. 3, jul/set 2007. Brasília: TST, 2007, p. 118.

<sup>179</sup> SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **De “pessoa da família” a “diaristas”. Domésticas: a luta continua!** Disponível em: <http://goo.gl/Hwg3z2> Acesso em: 12/08/2015.

<sup>180</sup> BORGES, Lara Parreira de Faria. **(Des)Construindo discursos sobre a EC Nº 72/2013: criando justiça histórica que amplia direitos trabalhistas domésticos.** In: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 80, n. 1, jan/mar 2014. Brasília: TST, 2014, p. 261.

<sup>181</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **A ampliação da proteção jurídica dos empregados domésticos.** In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013 p. 125-150



simulações<sup>182</sup>. Para o trabalhador doméstico que recebe o salário mínimo nacional, o custo dos encargos sociais implica em R\$268,72 – com o pagamento de vale transporte. Sem o pagamento desse benefício, o valor diminui para R\$157,60.

Ainda, fez-se simulações com os pisos salariais estabelecidos na Convenção Coletiva que abrange a base territorial da Grande São Paulo – incluindo a contribuição sindical (prevista no mesmo documento).

O custo social de uma doméstica é de R\$301,73, o de uma babá para uma criança e não folguista é de R\$346,43. Para o motorista, o valor adicional desembolsado pelo empregador é de R\$343,53. Por fim, o piso salarial da governanta e do mordomo, o maior deles, implica em custo extra para o empregador de R\$581,13.

No mesmo sentido, rebatendo o argumento pessimista da nova regulamentação do trabalho doméstico, um recente estudo, publicado pelo International Policy Centre for Inclusive Growth<sup>183</sup>, demonstrou que o aumento da renda do trabalho doméstico – a despeito da elevação no custo – acumulou cerca de R\$19 bilhões de reais, a partir da reflexão do aumento do consumo familiar.

O DIEESE<sup>184</sup> comprovou, através do levantamento de dados estatísticos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, que

[...] entre as modalidades de inserção no trabalho doméstico remunerado, percebe-se nítida redução no nível de assalariamento sem carteira assinada, manutenção do número de diaristas e elevação no volume de contratação de mensalistas com carteira assinada<sup>185</sup>

<sup>182</sup> O detalhamento do cálculo está no anexo III deste trabalho.

<sup>183</sup> INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH. **Os impactos das mudanças no mercado brasileiro de serviços domésticos sobre o bem-estar**. Disponível em: <http://goo.gl/5KG1bK> Acesso em: 01/10/2015.

<sup>184</sup> DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS - DIEESE. **Trabalho doméstico remunerado**. Abril, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/YMgbgZ> Acesso em: 18/10/2015.

<sup>185</sup> Idem.

Em conclusão, pode-se salientar que “a *Emenda 72 não provocou o desemprego em massa que chegou a ser propalado*”<sup>186</sup>, mas que essa pretensa igualdade não se verificará caso não venha acompanhada de políticas sociais de educação básica e profissionalizante<sup>187</sup>.

O Escritório da OIT no Brasil divulgou um Guia para Programas de Qualificação para as Trabalhadoras Domésticas<sup>188</sup>. O documento serve de manual para, a partir da experiência do Trabalho Doméstico Cidadão, incentivar a criação e o desenvolvimento de outras iniciativas que busquem a inclusão e a qualificação das domésticas.

Trata de questões de financiamento, da definição do público alvo, princípios (o do TDC era o princípio institucional, político pedagógico e conceitual). Além disso, traz esclarecimentos quanto à estrutura pedagógica dos programas, com a seleção de formadores, escolha adequada de material didático e avaliações. Por fim, uma lista de contatos com sindicatos e Superintendências Regionais do Trabalho.

Finalmente, como ponderam Marco Antônio César Villatore e Carlos Koller<sup>189</sup>, toda mudança – como essa trazida pelo novo microssistema protetivo – encoraja desconfiança. Não obstante, se revela aqui uma tentativa paradigmática de proceder com o reconhecimento dos domésticos, seja pelo seu empoderamento perante o empregador, seja pela maior representatividade perante as outras modalidades de trabalhadores e perante a sociedade como um todo.

---

<sup>186</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. **Singularidades da legislação do trabalho doméstico**. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 2ª REGIÃO. n. 15, 2015. São Paulo: Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, 2013, p. 61.

<sup>187</sup> CALVET, Felipe. **A evolução da legislação do trabalhador doméstico**. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013. Curitiba: Juruá, 2013, p. 92.

<sup>188</sup> OIT. Escritório no Brasil. **Guia para programas de qualificação para as trabalhadoras domésticas**. Brasília: ILO, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/Sfp5YT> Acesso em: 04/10/2015.

<sup>189</sup> KOLLER, Carlos Eduardo; VILLATORE, Marco Antônio Cesar. **A Consolidação das Leis do Trabalho e a Globalização**: institutos em crise e os impactos na sociedade hegemônica e capitalista brasileira. In: CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; VILLATORE, Marco Antônio Cesar (Coord). **CLT – 70 anos de Consolidação**: uma reflexão social, econômica e jurídica. São Paulo: Atlas, 2013, p. 17.

## CONCLUSÃO

O trabalho doméstico é revestido de uma peculiaridade: a intimidade entre o empregador e o empregado. A doméstica vivência, como retratado no filme *“Que horas ela volta”*, todas as experiências familiares – mas sempre confinada em espaço marginalizado.

Em um primeiro olhar, ao analisar os baixos salários, a pequena quantidade de direitos garantidos e essa invisibilidade social, fazem com que o tema passe quase que despercebido. Todavia, a partir da concretude dos dados coletados, alcança magnitude.

O direito ao trabalho, em sua forma geral, está inserido na ordem constitucional desde a Constituição Imperial em 1824. A evolução do pensamento constitucional culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, como expressão máxima do Estado Democrático de Direito, que assegurou como garantia fundamental o direito ao trabalho.

Apesar de paradigmática, a Constituição Federal, em sua redação original, selecionou apenas alguns dos direitos elencados em seu art. 7º e os estendeu ao trabalhador doméstico.

A invisibilidade social, enraizada na cultura escravagista que dominou o Brasil por quase quatro séculos, foi reafirmada pelo Direito, tanto em sede constitucional quanto infraconstitucional.

Considerando a evolução legislativa em relação à proteção do trabalho doméstico, com a primeira legislação específica em 1972, sendo pincelada por legislações específicas e por entendimentos jurisprudenciais, a marginalização dos domésticos permaneceu.

Somente a partir de 2010, com uma série de discussões na Organização Internacional do Trabalho, foi que o legislador brasileiro passou a atentar-se à problemática.

O ponto crucial da quebra do modelo protetivo veio com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72 de 2013, que ampliou o rol de direitos trabalhistas estendidos aos trabalhadores domésticos.

Com a necessidade de legislação complementar, que regulasse parte destes “novos” direitos, deu-se a promulgação da Lei Complementar nº 105 de 2015.

Além de importar em grande avanço na cobertura da garantia dos direitos humanos dos trabalhadores domésticos, instituiu um novo microssistema protetivo.

O reconhecimento de acordos coletivos, ampliativos de direitos, a possibilidade de recebimento de salário-família e seguro-desemprego, são absolutamente necessários para a garantia do direito ao trabalho decente e à dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, não é possível deixar de mencionar que a PEC das Domésticas poderia ter, pura e simplesmente, excluído o parágrafo único do art. 7º e estendido a totalidade dos direitos constitucionais trabalhistas aos domésticos.

Mas há que se falar, primeiro, na mutação social. Há que se pensar em redução das desigualdades econômicas, raciais e de gênero da sociedade como um todo, para que o processo de marginalização dessa categoria específica possa, de fato, se encerrar.

Importa, ainda, dizer, que todos os reflexos trabalhistas e previdenciários devem ser consubstanciados por políticas públicas de empoderamento e qualificação profissional dos empregados domésticos. A partir de práticas regionais e municipais, inclusive, é que se pode imaginar em uma transformação verdadeiramente isonômica.

Críticas iniciais ao novo modelo protetivo especulavam a possibilidade de uma onda desenfreada de demissões, que não foram – pelo menos até agora – confirmadas, a partir do estudo divulgado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Pelo contrário, a manutenção do contingente de domésticas e domésticos empregados, com a sua paulatina saída da informalidade e o aumento de sua renda mensal – além da cobertura previdenciária e assistencial, geram um ganho acumulado na economia brasileira.

Em conclusão, a despeito da proteção do novo microssistema dos domésticos ter levado adiante o projeto constitucional de uma sociedade livre, justa, solidária e fraterna – com o objetivo de erradicar a pobreza, reduzir as

desigualdades sociais, a partir dos direitos e garantias fundamentais, há muito o que evoluir.

Os trabalhadores domésticos, tão próximos de todos os outros trabalhadores, tão necessários à satisfação do bem-estar familiar, merecem a igualdade constitucional e a igualdade social, que os trabalhadores urbanos levaram cerca de setenta anos para alcançar. E, finalmente, merecem ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Amauri Cesar. **A eficácia dos direitos fundamentais no âmbito das relações trabalhistas**. In: Revista LTr, ano 75, outubro de 2011, p. 1209–1218. Disponível em: <http://goo.gl/vQyTc9> Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Diarista ou doméstico? Eis a questão...** In: Jornal Observador, edição 854, 06 de julho de 2012. Disponível em: <http://goo.gl/XBLVMy> Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Função capitalista do Direito do Trabalho no Brasil**. In: Revista LTr, ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr, 2013. p. 1067–1082. Disponível em: <http://goo.gl/NVgywx> Acesso em: 02/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Igualdade, ainda que injustificadamente tardia**. In: Jornal Estado de Minas, n. 25.990, 05 de abril de 2013, Caderno Direito e Justiça. Disponível em: <http://goo.gl/vHpikZ> Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Novas perspectivas do emprego doméstico: Convenção 189 da OIT**. In: Jornal Observador, edição 820, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/m9TQL3> Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. **O empregado doméstico em seu caminho para a igualdade**. In: Jornal Observador, edição 818, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/cykKeV> Acesso em: 01/10/2015.

BARROS, Alice Monteiro de. **A mulher e o Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trabalho doméstico**. In: DALLEGRAVE NETO, José Affonso (Coord). Direito do Trabalho – estudos. São Paulo: LTr, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEAUDOUNNET, Xavier. **Direito internacional do trabalho e direito interno: manual de formação para juízes, juristas e docentes em direito**. Turim/Brasília: Centro Internacional de Formação da OIT/ANAMATRA, 2011, p. 17-35.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRASIL. **Convenção Coletiva de Trabalho**. Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo e Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo – SEDESP. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/gfn0tK> Acesso em: 18/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Convenção Coletiva de Trabalho**. Sindicato das Empregadas Domésticas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região e Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região. Campinas, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/F1cFIL> Acesso em: 18/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Convenção Coletiva de Trabalho**. Sindicato das Empregadas Domésticas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região, Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Araraquara e Região e Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região. Campinas, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/jd493V> Acesso em: 26/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Convenção Coletiva de Trabalho**. Sindicato dos Empregados Doméstico de Araucária e Região e Sindicato dos Empregadores de Empregadas e Empregados Domésticos do Paraná. Araucária, 2009. In: REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO. Edição temática: **Trabalho doméstico**. Ano II, n. 17. Curitiba: TRT-PR, 2013, p. 287-299.

\_\_\_\_\_. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1824.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1891.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1934.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 71.885, de 09 de março de 1973**, que aprova o regulamento da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF, 1973.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.361, de 10 de fevereiro de 2000**, que regulamenta dispositivos da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências, para facultar o acesso do empregado doméstico ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e ao Programa do Seguro-desemprego. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 3.078, de 27 de fevereiro de 1941**, que dispõe sobre a locação dos empregados em serviço doméstico. Rio de Janeiro, RJ, 1941.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, Senado Federal, 1943.

\_\_\_\_\_. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Trabalho doméstico remunerado**. Abril, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/YMgbgZ> Acesso em: 18/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013**, que altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF, Senado Federal, 2013.

\_\_\_\_\_. eSocial. **Trabalhadores domésticos: direitos e deveres**. 6. ed. Brasília: MTE, 2015.

\_\_\_\_\_. eSocial. **Manual de orientação do eSocial para o Empregador Doméstico**. Setembro/2015. Disponível em: <https://goo.gl/be8JE2> Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Comunicado nº 90: situação atual das trabalhadoras domésticas no país**. 5 de maio de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/HK7l4c> Acesso em: 03/09/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015**, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, altera legislação específica e dá outras providências. Brasília, DF, Senado Federal, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972**, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF, 1972.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990**, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. Brasília, DF, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001**, que acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 2.104-16, de 23 de fevereiro de 2001**, que acresce dispositivos à Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego. Brasília, Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Nota Técnica 75/2013/DMSC/SIT**. Brasília, MTE, SIT, 2013.



\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres**. 5. ed. Brasília: MTE, SIT, 2014.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Qualificação. **Trabalho doméstico cidadão**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/Udk4LW> Acesso em: 28/09/2015.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012**. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2012.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº. 160, de 2009**, que dispõe sobre a definição de diarista. Brasília, Senado Federal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº. 161, de 2009**, que altera a Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dispor sobre a contribuição social do empregador e do empregado doméstico. Brasília, Senado Federal, 2009.

BRITTO, Carlos Ayres. **Direito adquirido contra as emendas constitucionais**. In: MELLO, Celso Antônio Bandeira de (Org). **Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba: direito administrativo e constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 152 – 161.

CALVET, Otavio. **Consórcio de empregadores urbanos: uma realidade possível**. São Paulo: LTr, 2002.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_; SILVESTRE, Rita Maria. **Os empregados domésticos**. In: PINTO, José Augusto Rodrigues (Coord). **Noções atuais de direito do trabalho – estudos em homenagem ao Professor Elson Gottschalk**. São Paulo: LTr, 1995, p. 356.

CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2011.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; VILLATORE, Marco Antônio Cesar (Coord). **CLT – 70 anos de Consolidação: uma reflexão social, econômica e jurídica**. São Paulo: Atlas, 2013.

CINTRA, Marcos. **Trabalho doméstico em debate**. Disponível em: <http://goo.gl/2HnmUX> Acesso em: 03/10/2015.

DAVIS, Roberto. **Aspectos jurídicos do empregado doméstico**. São Paulo: LTr, 1984.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

\_\_\_\_\_; DELGADO, Gabriela Neves (Org). **Direito do trabalho e da seguridade social: fundamentos constitucionais e teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 – (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1999.

DONATO, Messias Pereira. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1979.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. Dissertação (mestrado) – UFRJ / Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2010.

FURQUIM, Maria Célia de Araújo. **Nem empregado, nem autônomo: parassubordinado**. São Paulo: LTr, 2013.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins. **Reflexões sobre a Convenção 189 da OIT: trabalhadores domésticos e o recente acordão do TRT da 2ª Região (horas extras para a empregada doméstica)**. In: Revista LTr: legislação do trabalho. São Paulo: LTr, n. 2, ano 76, p. 188-201, fev. 2012.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

GONÇALVES, Emílio; GONÇALVES, Emílio Carlos Garcia. **Direitos sociais dos empregados domésticos (na nova Constituição)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1991.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do Trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra**. Tese (Doutorado) / UFPR. Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2006.

GUNTHER, Luiz Eduardo (Coord.). **25 anos da Constituição e o Direito do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

\_\_\_\_\_. **A OIT e o Direito do Trabalho no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 26-94.

\_\_\_\_\_. (Coord). **Trabalho doméstico: teoria e prática da Emenda Constitucional 72, de 2013**. Curitiba: Juruá, 2013.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Eficácia das normas constitucionais**. In: REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO PARANÁ. n. 5. 1981. Curitiba: IAP, 1981.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval; LEITE, Letícia Durval. **A nova Lei do Trabalho Doméstico: comentários à Lei Complementar n. 150/2015**. São Paulo: Saraiva, 2015.

LIPOVETZKY, Jaime C. **Tratado de derecho del trabajo: en la integración regional**. 1. ed. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2009, v. 1.

LOPEZ, Manuel Carlos Palomeque. **Direito do Trabalho e Ideologia: meio século de formação ideológica do Direito do Trabalho espanhol (1973-1923)**. Tradução da 5. ed. Espanhola. Coimbra: Almedina, 2001.

MACHADO, Sidnei. **O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001.

MAGANO, Octávio Bueno. **Direito Coletivo do Trabalho – Manual de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1993, v. III.

MARANHÃO, Délio. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **O sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos**. In: Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba, v. 1, 2010. Disponível em <http://goo.gl/Hs2Rp2> Acesso em: 01/10/2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTICELLI, Thays Almeida. **Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado**. Dissertação (mestrado) – UFPR / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas de trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NELSON, Rocco Antônio Rangel Rosso. **O (quase) fim do empregado doméstico – o paradoxo dos direitos sociais implantados pela EC 72/2013**. In: Revista de Direito do Trabalho, n. 151, Caderno Especial, maio-jun/2013.

NUSSBERGER, Angelika. **A jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho**. In: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS EM DIREITO DO TRABALHO. Brasília: 2014. Disponível em: <http://goo.gl/Ol2uuh> Acesso em: 17/10/2015.

OLIVEIRA, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas. **Trabalho doméstico no contexto econômico e socioambiental brasileiro: desigualdades e paradoxos na regulação normativa**. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. International Policy Centre for Inclusive Growth. **Os impactos das mudanças no mercado brasileiro de serviços domésticos sobre o bem-estar**. Disponível em: <http://goo.gl/5KG1bK> Acesso em: 01/10/2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189 e nº 201)**. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/v1xsCc> Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Moving toward decent work for domestic workers: an overview of the ILO's work**. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/PsptQJ> Acesso em: 02/02/2015.

\_\_\_\_\_. **Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection**. Genebra: ILO, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/wCEzfK> Acesso em: 08/06/2015.

\_\_\_\_\_. Escritório no Brasil. **Trabalho doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o trabalho decente no Brasil**. Disponível em: <http://goo.gl/KC8O9P> Acesso em: 14/10/2015.

\_\_\_\_\_. Escritório no Brasil. **Guia para programas de qualificação para as trabalhadoras domésticas**. Brasília: ILO, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/Sfp5YT> Acesso em: 04/10/2015.

\_\_\_\_\_. Escritório no Brasil. **Trabalho Doméstico no Brasil: rumo ao reconhecimento institucional**. Brasília: ILO, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/f0epln> Acesso em: 04/10/2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Internacional do Trabalho. **O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina**. Caderno 3, GRPE. Brasília: Programa de Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/DHkZVy> Acesso em: 15/10/2015.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito do trabalho doméstico: doutrina, legislação, jurisprudência, prática**. 4. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011.

PEDROSO, Marcia Naiar Cerdote. **O direito do trabalho no constitucionalismo brasileiro**. In: Revista Latino-Americana de História, v. 1, n. 3, março 2012. Edição Especial: Lugares da História do Trabalho.

PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos na ordem contemporânea: proteção nacional, regional e global**. v. V. Curitiba: Juruá, 2012.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: histórias, mitos e perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012.

REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO. v. 24, n. 53, jan/jun 2013. Rio de Janeiro: TRT/RJ 1ª Região, 2013.

REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 2ª REGIÃO. n. 15, 2015. São Paulo: Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, 2015.

REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO. v. 56, n. 86, jul/dez 2012. Belo Horizonte: TRT 3ª Região, 2012.

REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO. ano II, n. 2, maio 2013. Salvador: Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, 2013.

REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO. Edição temática: **Trabalho doméstico**. Ano II, n. 17. Curitiba: TRT-PR, 2013.

REVISTA ELETRÔNICA – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 17ª REGIÃO. Ano II, v. 1, n. 5, dez 2014. Vitória: TRT-ES, 2014.

REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v. 67, n. 4, out/dez 2001. Brasília: TST, 2001.

\_\_\_\_\_. v. 73, n. 3, jul/set 2007. Brasília: TST, 2007.

\_\_\_\_\_. v. 78, n. 2, abr/jun 2012. Brasília: TST, 2012.

\_\_\_\_\_. v. 79, n. 2, abr/jun 2013. Brasília: TST, 2013

\_\_\_\_\_. v. 79, n. 3, jul/set 2013. Brasília: TST, 2013.

\_\_\_\_\_. v. 79, n. 4, out/dez 2013. Brasília: TST, 2013.

\_\_\_\_\_. v. 80, n. 1, jan/mar 2014. Brasília: TST, 2014.

RONCADOR, Sonia. **Criadas no more: notas sobre testemunhos de empregadas domésticas**. In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea.

Brasília, n. 21, p. 55-71, jan-jun 2003. Disponível em: <http://goo.gl/f4Z4Nh>  
Acesso em: 19/09/2015.

SANTOS, Aloysio. **Manual de contrato de trabalho doméstico: direitos, deveres e garantias dos empregados e dos empregadores domésticos**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. **Direitos Fundamentais Sociais, Mínimo Existencial e Direito Privado**: breves notas sobre alguns aspectos da possível eficácia dos direitos sociais nas relações entre particulares. In *Direitos Fundamentais: estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. São Paulo: Renovar, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 208 - 251.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **De “pessoa da família” a “diaristas”. Domésticas: a luta continua!** Disponível em: <http://goo.gl/Hwg3z2> Acesso em: 12/08/2015.

STRECK, Lenio Luiz. **A PEC das Domésticas e a saudade dos “bons tempos”**. Disponível em: <http://goo.gl/VGdySo> Acesso em: 12/08/2015.

STURMER, Gilberto. **Direito constitucional do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2014.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000. p. 85-98.

\_\_\_\_\_. *et all.* **Instituições de Direito do Trabalho**. 21. ed. atual. São Paulo: LTr, 2003.

TOSTON, Gema Jimenez. **Servicio domestico y desigualdad**. Revista Géneros. Colima, n. 24, p. 75-80, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/fj9z26>  
Acesso em: 17/09/2015.

TRINDADE, Rodrigo. **Função social do contrato de emprego**. São Paulo: LTr, 2008.

UEMA, Liza; VASCONCELOS, Marcia. **Trabalho doméstico no Brasil: da ampliação dos direitos à adoção de um tratado internacional**. In: XV Congresso

Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba, PR. Disponível em: <http://goo.gl/sxaTvK> Acesso em: 10/09/2015.

VALTICOS, Nicolas. **Derecho internacional del trabajo**. Tradução de Maria José Triviño. Madrid: Tecnos, 1977. p. 234-236.

VIANNA, José Ernesto Aragonés. **Curso de Direito Previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho: fundamentação e exigibilidade**. São Paulo: LTr, 2012.

WARAT, Luís Alberto. **A fantasia jurídica da igualdade**: democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. In: Revista Sequência, Florianópolis, 24, 1994, p. 36-54.

## ANEXO I

Estado	Nome	CNPJ	Data	Andamento
AC	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado do Acre	10.347.28 7/0001-84		Sem solicitação
AL	Sindicato dos Empregados Domésticos do Estado De Alagoas	21.152.64 8/0001-53		Sem solicitação
AM	Sindicato das Empregadas Domésticas e Similares do Estado do Amazonas	04.514.34 9/0001-00		Sem solicitação
AP	Sindicato das Empregadas e Empregados Domésticos do Estado do Amapá	08.986.56 9/0001-80		Sem solicitação
BA	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia	16.116.96 4/0001-30		Sem solicitação
ES	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado do Espírito Santo	18.021.23 0/0001-00		Sem solicitação
ES	Sindicato dos Trabalhadores Profissionais Domésticos - ES	35.985.89 4/0001-09	12/04/2012	Ativo
GO	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Sudoeste Goiano	09.213.39 2/0001-41		Sem solicitação
GO	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado de Goiás	26.719.23 7/0001-10		Sem solicitação
MA	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do E. Maranhão	23.663.98 2/0001-05	26/04/2006	Ativo
MA	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado do Maranhão	07.544.38 2/0001-63		Sem solicitação
MG	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Uberlândia, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	05.434.34 9/0001-55	03/03/2006	Ativo
MG	Sindicato Intermunicipal das Empregadas e Trabalhadores Domésticos em São Sebastião do Paraíso e Regiões - MG	19.580.48 1/0001-80		Sem solicitação
MG	Sindicato das Empregadas Domésticas e Diaristas da Cidade de Uberlândia	05.477.23 9/0001-70		Sem solicitação
MS	Sindicato dos Empregados Domésticos de Campo Grande e Região	01.449.28 6/0001-50		Sem solicitação
MT	Sindicato dos Empregados Domésticos do Estado de Mato Grosso	13.608.75 4/0001-70		Sem solicitação



MT	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Primavera do Leste	12.400.34 9/0001-08	03/04/2014	Em análise
PB	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Sertão Paraibano	07.748.04 0/0001-65		Sem solicitação
PB	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos de João Pessoa e Região	11.984.25 7/0001-41	27/06/2012	Em análise
PI	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos(a) do Estado do Piauí	12.062.53 1/0001-98	02/03/2012	Ativo
PR	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Apucarana e Região	04.147.48 7/0001-90		Sem solicitação
PR	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos do Litoral do Estado do Paraná	13.235.89 7/0001-84	25/01/2012	Ativo
PR	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Maringá e Região	95.642.21 1/0001-34		Sem solicitação
PR	Sindicato dos Empregados Domésticos de Cascavel e Região Oeste do Estado do Paraná	05.579.73 4/0001-90		Sem solicitação
RJ	Sindicato dos Trab. Domésticos de Macaé, C. Abreu, R. Ostras, S. P. Aldeia, A. Búzios, A. Cabo, C. Frio, C. Macabu, Carapebus, Quissama, C. Goytacazes, S. J. Barra/RJ	02.192.47 6/0001-05	23/07/2012	Em análise
RJ	Sindicato das Empregadas(o) Domésticas	18.395.43 2/0001-04	23/08/2013	Em análise
RO	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Rondônia	19.243.45 8/0001-08	28/11/2013	Em análise
RS	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Santiago	04.464.63 3/0001-01		Sem solicitação
RS	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de Bagé e Região da Campanha	19.238.20 5/0001-38		Sem solicitação
RS	Sindicato das Empregadas Domésticas, Babás e Faxineiras	05.963.98 2/0001-30		Sem solicitação
RS	Sindicato Estadual das Empregadas e dos Empregados Domésticos do Estado do Rio Grande do Sul	13.798.49 0/0001-65		Sem solicitação
SC	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Chapecó e Região	00.659.45 9/0001-00	13/06/2012	Em análise
SC	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos dos Municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça	07.915.11 0/0001-22		Sem solicitação

SC	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Joinville e Região	21.930.70 1/0001-08		Sem solicitação
SC	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Criciúma e Região	09.244.00 7/0001-23	12/05/2009	Ativo
SE	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Estado do Sergipe	32.858.62 3/0001-96	13/03/2013	Em análise
SP	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Morro Agudo	01.610.38 6/0001-16		Sem solicitação
SP	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo	08.357.18 7/0001-97	23/03/2010	Inativo
SP	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de Votuporanga e Região	05.819.46 7/0001-81		Sem solicitação
SP	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Sorocaba, Alumínio, São Roque, Itu e Votorantin	08.510.28 0/0001-90		Sem solicitação
SP	Federação das Empregadas e Trabalhadores Domésticos do Estado de São Paulo	08.978.06 9/0001-04		Sem solicitação
SP	Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Domésticos do Município de Juquitiba e São Lourenço da Serra	14.617.09 7/0001-90	07/11/2014	Ativo
SP	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Capivari e Região	20.441.23 8/0001-60		Sem solicitação
SP	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Franca	03.544.56 0/0001-03		Sem solicitação
SP	Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região	02.084.58 4/0001-56	25/07/2007	Ativo
SP	Sindicato das Empregadas Domésticas de Praia Grande, Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos, São Vicente no Estado de São Paulo	13.612.65 9/0001-40		Sem solicitação

Estado	Nome	CNPJ	Data	Andamento
DF	Sindicato dos Empregadores Domésticos do Distrito Federal	18.800.64 1/0001-96	14/01/2014	Em análise
MG	Sindicato Patronal dos Empregadores de Empregadas Domésticas do Estado de Minas	17.853.47 6/0001-78	05/04/2013	Em análise

	Gerais			
MG	Sindicato Patronal dos Empregadores Domésticos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	18.690.96 3/0001-20		Sem solicitação
PR	Sindicato dos Empregadores Domésticos de Londrina e Região Norte do Paraná	17.915.87 6/0001-60	18/09/2013	Em análise
PR	Sindicato dos Empregadores de Empregadas e Empregados Domésticos	73.298.24 2/0001-87	03/03/2006	Ativo
RJ	Sindicato dos Empregadores Domésticos do Município de Niterói e Regiões	07.932.29 7/0001-72		Sem solicitação
RJ	Sindicato Estadual dos Empregadores Domésticos do Rio de Janeiro	18.574.06 7/0001-03	27/12/2013	Em análise
RJ	Sindicato das Empregadoras e Empregadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro	19.352.85 3/0001-10		Sem solicitação
RJ	Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado do Rio de Janeiro	11.620.89 2/0001-40		Sem solicitação
RN	Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado do Rio Grande do Norte	08.374.75 1/0001-80		Sem solicitação
RN	Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado do Rio Grande do Norte	02.103.31 4/0001-45		Sem solicitação
RO	Sindicato dos Empregadores Domésticos no Estado de Rondônia	20.175.51 6/0001-84		Sem solicitação
SC	Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de Santa Catarina	07.960.62 2/0001-00		Sem solicitação
SP	Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região	05.198.38 0/0001-34	25/07/2007	Ativo

## ANEXO II

### **PASSO A PASSO - <https://www.esocial.gov.br/>**

#### **1. Consulta à qualificação cadastral.**

Informar nome, data de nascimento, nº CPF e NIS, para garantir que não haja divergências quanto ao CPF ou NIS.

#### **2. Acesso**

Para gerar o código de acesso, informar CPF, data de nascimento, nº de recibo de entrega de IR. Se não tiver a última, será o título de eleitor.

Pode, o empregador, solicitar certificado digital (mediante os procedimentos previstos no site da Receita Federal).

#### **3. Cadastro do Empregador**

Informações obrigatórias: CPF e nome completo.

Informações complementadores (opcionais):

- Registro eletrônico de empregados
- Indicativo de pessoa física (normal, espólio ou saída do país permanentemente)
- Informações de software (apenas se o empregador não quiser usar o portal do eSocial).

O sistema admite a ALTERAÇÃO DE DADOS e a SUBSTITUIÇÃO DE TITULARIDADE (ainda não disponível na versão atual).

#### **4. Cadastro do Empregado**

O trabalhador será incluído na aba “Gestão de Trabalhadores”. Os admitidos antes de 1º de outubro de 2015 serão cadastrados para a competência de 10/2015.

IDENTIFICAÇÃO: CPF, data de nascimento, país de nascimento, NIS, raça/cor e escolaridade.

DADOS PESSOAIS: CTPS (numero, série e estado de emissão), telefone e email de contato, recebimento de aposentadoria por idade ou tempo de contribuição.

ENDEREÇO: CEP e número da residência.

DEPENDENTES: nome, data de nascimento e CPF.

DADOS DO CONTRATO: tipo do contrato, cargo, salário e periodicidade do salário. Informações opcionais admitidas (afastamento – ir em Registrar Eventos Trabalhistas / férias / demissão anterior ao eSocial).

LOCAL DE TRABALHO: pode selecionar o “mesmo endereço do empregador” ou incluir novo.

JORNADA DE TRABALHO: opção simplificada ou avançada. Na simplificada, jornada de segunda a domingo, com uma folga fixa e horário padrão. Opções:

Jornada diurna de 4 h, sem intervalo.

Jornada diurna de 6 h, com 15 min de intervalo.

Jornada diurna de 7 h e 20 min, com 100 min de intervalo.

Jornada diurna de 8 h, com 60 min de intervalo.

Jornada diurna de 8 h e 48 min, com 72 min de intervalo.

Jornada diurna de 8 h, com 120 min de intervalo.

Jornada diurna de 9 h, com 60 min de intervalo.

Nessa opção, pode ser alterado o dia da folga, mas o computo das horas é feito pelo sistema. Já na opção avançada, pode ser incluída a jornada 12x36, escala, turnos de revezamento, permutas, etc.

Todos os dados podem ser alterados a qualquer momento.

#### 5. Exclusão do empregado

Apenas se houver cadastramento incorreto ou indevido. Não é o mesmo que o desligamento do trabalhador.

#### 6. Afastamentos

A inclusão desses períodos deve ser feita em “Registrar Evento Trabalhista”, admitindo questões que envolvem afastamento temporário (doenças e acidentes do trabalho) e férias (com registro e impressão de recibos).

#### 7. Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT

O eSocial permite o download do aplicativo CAT para a comunicação de acidente de trabalho.

#### 8. Demissão / desligamento do empregado

Para a rescisão ocorrida até 31/10/2015, o empregador consegue gerar a Guia FGTS pelo eSocial e os demais tributos serão incluídos na guia única DAE (documento de arrecadação do eSocial).

Se forem anteriores a 01/10/05, o empregador precisa gerar a Guia específica, disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (inclusa na aba Guia FGTS ou por link direto com o site da CEF).

#### 9. Novas funcionalidades (ainda não implementadas)

A opção de folha de pagamentos, fechamento de mês, aviso prévio e modelos de documentos (contrato de trabalho, folha de ponto, recibo de vale-transporte, acordo para acompanhamento em viagem ou redução do intervalo para repouso e alimentação).

## ANEXO III

## SIMULAÇÃO 1

Salário mínimo nacional (2015)		<b>R\$ 788,00</b>
Imposto de Renda	isento	R\$ -
INSS (trabalhador)	8%	R\$ 63,04
INSS (empregador)	8%	R\$ 63,04
Seguro contra acidentes de trabalho	0,80%	R\$ 6,30
FGTS	8%	R\$ 63,04
Multa do FGTS	3,20%	R\$ 25,22
Vale transporte (trabalhador)	6%	R\$ 47,28
Vale transporte (empregador)	restante	R\$ 111,12

<b>Custo total dos encargos sociais</b>	<b>R\$ 379,04</b>
<b>Custo (empregador)</b>	<b>R\$ 268,72</b>
<b>Custo (trabalhador)</b>	<b>R\$ 110,32</b>

<b>Valor final</b>	<b>R\$ 1.167,04</b>
<b>Valor final (empregador)</b>	<b>R\$ 1.056,72</b>

## SIMULAÇÃO 2

Salário mínimo nacional (2015)		<b>R\$ 788,00</b>
Imposto de Renda	isento	R\$ -
INSS (trabalhador)	8%	R\$ 63,04
INSS (empregador)	8%	R\$ 63,04
Seguro contra acidentes de trabalho	0,80%	R\$ 6,30
FGTS	8%	R\$ 63,04
Multa do FGTS	3,20%	R\$ 25,22

<b>Custo total dos encargos sociais</b>	<b>R\$ 220,64</b>
<b>Custo (empregador)</b>	<b>R\$ 157,60</b>
<b>Custo (trabalhador)</b>	<b>R\$ 63,04</b>

<b>Valor final</b>	<b>R\$ 1.008,64</b>
<b>Valor final (empregador)</b>	<b>R\$ 945,60</b>

### SIMULAÇÃO 3

Piso salarial doméstica em São Paulo (2015)		<b>R\$ 1.341,00</b>
Imposto de Renda	isento	R\$ -
INSS (trabalhador)	8%	R\$ 107,28
INSS (empregador)	8%	R\$ 107,28
Contribuição sindical	fixo	R\$ 33,53
Seguro contra acidentes de trabalho	0,8%	R\$ 10,73
FGTS	8%	R\$ 107,28
Multa do FGTS	3,20%	R\$ 42,91

<b>Custo total dos encargos sociais</b>	<b>R\$ 409,01</b>
<b>Custo (empregador)</b>	<b>R\$ 301,73</b>
<b>Custo (trabalhador)</b>	<b>R\$ 107,28</b>

<b>Valor final</b>	<b>R\$ 1.750,01</b>
<b>Valor final (empregador)</b>	<b>R\$ 1.642,73</b>

### SIMULAÇÃO 4

Piso salarial babá em São Paulo (2015)		<b>R\$ 1.564,50</b>
Imposto de Renda	isento	R\$ -
INSS (trabalhador)	8%	R\$ 125,16
INSS (empregador)	8%	R\$ 125,16
Contribuição sindical	fixo	R\$ 33,53
Seguro contra acidentes de trabalho	0,8%	R\$ 12,52
FGTS	8%	R\$ 125,16
Multa do FGTS	3,20%	R\$ 33,53

<b>Custo total dos encargos sociais</b>	<b>R\$ 471,59</b>
<b>Custo (empregador)</b>	<b>R\$ 346,43</b>
<b>Custo (trabalhador)</b>	<b>R\$ 125,16</b>

<b>Valor final</b>	<b>R\$ 2.036,09</b>
<b>Valor final (empregador)</b>	<b>R\$ 1.910,93</b>



### SIMULAÇÃO 5

Piso salarial motorista em São Paulo (2015)		<b>R\$ 1.550,00</b>
Imposto de Renda	isento	R\$ -
INSS (trabalhador)	8%	R\$ 124,00
INSS (empregador)	8%	R\$ 124,00
Contribuição sindical	fixo	R\$ 33,53
Seguro contra acidentes de trabalho	0,80%	R\$ 12,40
FGTS	8%	R\$ 124,00
Multa do FGTS	3,20%	R\$ 49,60

<b>Custo total dos encargos sociais</b>	<b>R\$ 467,53</b>
<b>Custo (empregador)</b>	<b>R\$ 343,53</b>
<b>Custo (trabalhador)</b>	<b>R\$ 124,00</b>

<b>Valor final</b>	<b>R\$ 2.017,53</b>
<b>Valor final (empregador)</b>	<b>R\$ 1.893,53</b>

### SIMULAÇÃO 6

Piso salarial governanta / mordomo em São Paulo (2015)		<b>R\$ 2.738,00</b>
Imposto de Renda	isento	R\$ -
INSS (trabalhador)	8%	R\$ 219,04
INSS (empregador)	8%	R\$ 219,04
Contribuição sindical	fixo	R\$ 33,53
Seguro contra acidentes de trabalho	0,80%	R\$ 21,90
FGTS	8%	R\$ 219,04
Multa do FGTS	3,20%	R\$ 87,62

<b>Custo total dos encargos sociais</b>	<b>R\$ 800,17</b>
<b>Custo (empregador)</b>	<b>R\$ 581,13</b>
<b>Custo (trabalhador)</b>	<b>R\$ 219,04</b>

<b>Valor final</b>	<b>R\$ 3.538,17</b>
<b>Valor final (empregador)</b>	<b>R\$ 3.319,13</b>